

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O PERFIL E AS DEMANDAS DO USUÁRIO DO PROJETO
SÓCIO – EMERGENCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**

TKL.

ACADÊMICA: ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

**O PERFIL E AS DEMANDAS DO USUÁRIO DO PROJETO
SÓCIO – EMERGENCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Maria Dolores Thiesen

Florianópolis, 2005.

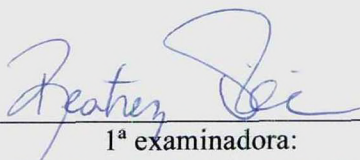
ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

**O PERFIL E AS DEMANDAS DO USUÁRIO DO PROJETO
SÓCIO – EMERGENCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.



Orientadora: Prof^a. Mestre Sc. Maria Dolores Thiesen



1^a examinadora:
Professora Dra. Beatriz Augusto Paiva



2^a examinadora:
Assistente Social Kátia Terezinha Muller

Florianópolis, 2005.

AGRADECIMENTOS

A Deus, onipresente em todas as etapas da minha vida.

A minha mãe Maria Lúcia e ao meu pai Clóvis (in memoriam) que apesar das dificuldades, souberam educar e conduzir os filhos proporcionando a eles a oportunidade de realização profissional e pessoal, com apoio, amizade e amor.

A minhas irmãs e sobrinhas que sempre me motivaram e me ajudaram nesta etapa da minha vida.

A Cleci, a quem confiei nos últimos dois anos os cuidados aos meus filhos.

Ao meu esposo Érico, que soube compreender a importância deste processo de aprendizagem para minha vida pessoal e profissional.

A Érica e Victor, meus tesouros, pelo amor, pela compreensão, pela amizade e incentivo, amo muito vocês.

A professora Maria Dolores Thiesen que me orientou, obrigado pela paciência e pelos conhecimentos repassados.

A minha supervisora de estágio Kátia Terezinha Muller, pela paciência dispensada e pelos conhecimentos compartilhados.

A equipe do Projeto Sócio-emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis Ana Catarina, Heloísa, Nara, Vilma e as assistentes sociais Adalzira, Veranete, Solange, Rosilene, Cristiane, Laura, que me ensinaram muito profissionalmente e pessoalmente, vocês são maravilhosas!

As bibliotecárias Marli e Vilma pelo profissionalismo.

A minha turma que apesar das diversidades, possuía um clima de união e amizade que impulsionou todos os dias acadêmicos.

As minhas colegas Terezinha e Mari Ângela, pela paciência, pela amizade e pelo apoio.

Aos funcionários, estagiárias e professores do Departamento de Serviço Social.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“Eu não me envergonho de corrigir meus erros e mudar as minhas opiniões, porque não me envergonho de raciocinar e aprender.”

Anônimo

Embora ninguém possa voltar atrás para fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim.”

Chico Xavier

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste na apresentação da experiência de estágio realizada no Projeto Sócio-Emergencial da Prefeitura de Florianópolis, que teve início em 2002 e está em andamento. O estudo consiste na apresentação e análise de duas pesquisas, a primeira realizada em 2004 que faz o levantamento do perfil do usuário. Com a permanência no Projeto, estes dados foram complementados em 2005 com o levantamento das demandas trazidas pelo usuário no projeto. O trabalho em questão está distribuído em três capítulos. O primeiro capítulo aborda um breve contexto da questão social a partir do século XX até os dias atuais no Brasil, seguido do surgimento na década de 1930 do Serviço Social no país e uma breve trajetória do enfrentamento da questão social até a década de 1980 com o período de redemocratização. Complementado com a Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988, sua regulamentação com a LOAS, as novas perspectivas frente o SUAS e finalizando o capítulo com a intervenção do Assistente Social frente aos princípios do Código de Ética do Serviço Social. No segundo capítulo nos reportamos a Questão Social e o Serviço Social no município de Florianópolis, apresentando o Projeto Sócio-Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Finalizamos com a apresentação e as análises quantitativas e qualitativas das pesquisas do mandatário do Projeto em questão.

Palavras chaves: Questão social, Assistência Social, perfil e demandas dos usuários, Projeto Sócio-Emergencial.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SMHTDS – Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

SMCAIDS – Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso e Desenvolvimento Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAGED – Cadastro Geral de Empregos e Desempregados

PPA – Plano Plurianual

PAIF – Plano Integrado de Atenção à Família

SINE – Sistema Nacional de Empregos

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

FPAS – Fundo da previdência e Assistência Social

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem –Estar do Menor

LBA – Legião Brasileira de Assistência

FMI – Fundo Monetário Internacional

BID – Banco Mundial Desenvolvimento

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

SSDS – Secretaria de saúde e Desenvolvimento Social

FMAS – Fundo Municipal da Assistência Social

TABELA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

GRÁFICO II – SITUAÇÃO DO PROVEDOR NO MERCADO DE TRABALHO

GRÁFICO III – RENDA FAMILIAR

GRÁFICO IV – ESCOLARIDADE DO USUÁRIO DO PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL

GRÁFICO V – SEXO

GRÁFICO VI – MORADIA

GRÁFICO VII – DEMANDA DO PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL DE ABRIL 2005

GRÁFICO VIII – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

GRÁFICO IX – DEMANDA DO PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL

GRÁFICO X – TIPOS DE BENEFÍCIOS

GRÁFICO XI – DEMAIS AÇÕES SÓCIO-ASSISTENCIAIS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX	12
2.1 A questão social no Brasil a partir do século XX	12
2.2 O Serviço social no Brasil	17
2.3 Período de redemocratização e a política de Assistência Social	23
2.4 A política de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988	29
2.5 O Assistente Social e o Código de Ética do Serviço Social	33
2.6 A Assistente Social e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS 98.742/93)	42
2.6.1 O Sistema Único de Assistência Social – SUAS em perspectiva	45
3 A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	48
3.1 O município de Florianópolis frente à questão social: breve reflexão	48
3.2 O Serviço Social da prefeitura municipal de Florianópolis	51
3.3 O projeto Sócio-Emergencial da prefeitura municipal de Florianópolis	52
4 IDENTIFICANDO O USUÁRIO, AS DEMANDAS DO PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS	56
4.1 Percurso metodológico	56
4.2 O perfil do usuário do Projeto Sócio-Emergencial	58
4.2.1 Composição familiar.....	59
4.2.2 Situação do provedor no mercado de trabalho	60
4.2.3 Renda familiar.....	63
4.2.4 Escolaridade dos usuários atendidos no Projeto Sócio-Emergencial	64
4.2.5 Sexo.....	66
4.2.6 Moradia	67
4.3 Pesquisa das demandas do usuário do Projeto Sócio-Emergencial	68
4.3.1 Demanda do Projeto Sócio-Emergencial	69
4.3.2 Concessão de benefícios.....	70
4.3.3 Tipos de benefícios	71

4.3.4 Outras ações sócio-assistenciais do Projeto Sócio-Emergencial	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A - Cadastro do Projeto Sócio-Emergencial	84
ANEXO B – Relatório diário Projeto Sócio-Emergencial	85

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Este trabalho busca apresentar o perfil do usuário e suas demandas frente ao Projeto Sócio- emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

A escolha do tema partiu da necessidade de conhecer melhor o demandatário da política de Assistência Social no município de Florianópolis através do Projeto Sócio - Emergencial onde realizo estágio desde 2002.

No primeiro capítulo estaremos abordando a questão social dentro de um enfoque de problemas conjunturais e estruturais no decorrer do século XX até os dias atuais no Brasil.

Em seguida, o Serviço Social, que surge como mediador entre interesses das classes desfavorecidas e das classes dominantes e a trajetória da profissão que sentiu a necessidade de repensar sua intervenção na questão social na década de 1960, com Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina para discutir transformações no fazer profissional frente à realidade do continente e seus povos.

A década de 1980 será abordada como o período de agravamento da pobreza, da redemocratização brasileira e da construção de uma Constituição Federal pautadas em direitos e cidadania.

Ainda no primeiro capítulo, prosseguimos a contextualização da Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988, a sua regulamentação através da Lei Orgânica de Assistência Social e sua intervenção na esfera pública através dos princípios do Código de Ética da profissão.

No segundo capítulo, remetemos estas questões à realidade de Florianópolis. O município, o serviço social, o Projeto sócio emergencial.

O conhecimento do demandatário da Política de Assistência Social é o termômetro da situação da pobreza no município.

Diante disto, apresentamos no terceiro capítulo duas pesquisas quantitativas e qualitativas contendo dados do perfil do usuário do Projeto Sócio-Emergencial e suas demandas. Os resultados foram tabulados e analisados com auxílio de pesquisa documental e bibliográfica.

Conhecendo a realidade dos usuários, pode-se pensar em estratégias para implementação de políticas públicas que visam amenizar a questão social e seus agravantes no município de Florianópolis.

Tendo finalizado os assuntos referentes ao tema buscaremos nas considerações finais expor a pretensa conclusão do trabalho.

2 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO SOCIAL E A ASSISTENCIA SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX

2.1 A questão social no Brasil a partir do século XX

Iniciaremos a discussão sobre o Serviço Social e a questão social abordando a compreensão e a conceituação das demandas do Serviço Social ao longo de sua trajetória no Brasil.

A intenção de abordar esta temática, mesmo que em uma breve explanação, dá-se pelo fato de ser a Questão Social o objeto de intervenção do Serviço Social, como colocado por Yasbeck (2004) que aborda a questão social “como elemento central na relação entre profissão e realidade”.

Para fins desse estudo utilizaremos o conceito de questão social como sendo “o conjunto de resultantes estruturais e conjunturais decorrentes das desigualdades sociais produzidas no interior dos regimes políticos e econômicos que a história mais recente conheceu” na perspectiva adotada por Sposati (1995, p.07).

Uma das resultantes da questão social é a pobreza. Embora não seja um problema social que tenha surgido com a industrialização, este modo de produção marca o agravamento desta questão, com o fenômeno de empobrecimento da população.

O advento da industrialização e do capitalismo, a divisão de classe entre trabalhadores e burguesia, somado ao pensamento liberal adotado pelos governos, tornam a questão social mais complexa.

Os pobres válidos são vistos como um elemento positivo para a sociedade, eles deverão trabalhar, não mais sob coação (...) mas em plena liberdade, agora sob coação das leis da economia capitalista, transformando-se desta forma em pauperismo submetido às flutuações do processo de produção de riqueza. Por sua vez, os pobres doentes, velhos ou deficientes (não aptos para o trabalho) transformaram-se no peso morto da sociedade; por não possuírem

utilidade do ponto de vista econômico, só lhes restavam esperar as “ajudas” piedosas, caridosas e solidárias. (PASTORINI, 1998, p.1999).

No caso brasileiro, o desdobramento deste fenômeno de empobrecimento da população foi acrescido de outros fatores e de um processo tardio de industrialização.

No início do século XX, a economia era baseada na agro exportação. O período conhecido como a Primeira República (1889/1930) tinha uma Constituição baseada na legislação norte americana de pensamento liberal, que garantia a liberdade política, econômica e religiosa do cidadão.

Mas na prática, o país era regido por oligarquias, onde os interesses dos grandes fazendeiros predominavam. Era a chamada política do “café com leite” formado por aliança entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. As demais regiões tinham o apoio político do coronelismo (na maioria grandes latifundiários) que impunham o voto de cabresto a população em troca de favores políticos.

No campo social, as cidades começam a registrar um crescimento desordenado. Imigrantes europeus e ex escravos saíam das lavouras e buscavam nas cidades uma forma de sobrevivência.

Instalavam-se nas periferias das cidades, sem nenhuma infra-estrutura. Neste período registram-se graves problemas sanitários e de saúde pública, aumento da pobreza, da marginalização, da mendicância.

A população carente contava apenas com a ajuda de entidades ligadas a Igreja Católica (como as Santas Casas) e com a filantropia de algumas famílias ricas.

O Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social e, portanto, não geria o processo de provisão social, deixando esse mister com as seguintes instâncias: o mercado – que atendia as preferências e demandas individuais -; a iniciativa privada não mercantil – que dava respostas tópicas e informais aos reclamos da pobreza -; e a polícia, que controlava, repressivamente, a questão social então emergente. (PEREIRA, 2000, p.128).

Nas fábricas as condições precárias de trabalho, os baixos salários, a desproteção ao trabalhador fizeram com que estes se mobilizassem em manifestações e greves para reivindicar os seus direitos.

O Estado respondia as demandas sociais com medidas mínimas, voltadas à área de trabalho e previdência, as demais áreas, conforme Pereira (2000), “tiveram um tratamento residual”. Ainda a autora coloca que a educação estava a serviço da elite; na habitação as empresas industriais construíam “vilas operárias, creches, restaurantes, como mecanismos extra-econômico de reforço à reprodução da força de trabalho e às estratégias de rebaixamento do salário do trabalhador”.

As políticas sociais deste período são resumidas a poucas leis relacionadas ao trabalho e previdência, direcionadas a apenas alguns segmentos da classe trabalhadora.

No caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal do indivíduo (SPOSATI et al 1995, p.41).

A década de 1930, chamada de período populista, começa com um golpe de Estado onde o presidente Washington Luís é deposto.

Assume o governo provisório Getúlio Vargas, que marcou a política brasileira governando no período de 1930 a 1945. Para Pastorini (1998),

O Estado e os setores hegemônicos têm a necessidade de incorporar e representar os interesses dos setores subalternos e, ao mesmo tempo, os trabalhadores, por meio das lutas e da organização, consegue expandir seus direitos tanto políticos quanto sociais (PASTORINI, 1998, p.204).

Este período é marcado por grandes transformações no cenário político, econômico e social do país. No início do mandato, Getúlio Vargas entre outras medidas, cria o Ministério

do Trabalho, os sindicatos atrelados a este órgão, extinguem os partidos políticos, imprime a censura aos meios de comunicação.

Com a escassez de produtos importados devido à 2ª Guerra Mundial, o Brasil passa a desenvolver a indústria nacional para a produção destes bens.

O Estado intervém na política econômica com a criação de grandes empresas estatais como a Vale do Rio Doce, a hidrelétrica de Paulo Afonso, a Petrobrás, entre outros.

Diante de interesses do capital, o Estado investe no campo social com políticas sociais que garantam um mínimo de condições gerais para que o trabalhador mantenha seu nível de produção.

Getúlio Vargas fica conhecido como “o pai dos pobres”, pois adotou uma série de medidas protecionistas, voltadas a classe trabalhadora, baseada na Carta Del lavoro, de Benedito Mussolini da Itália.

Segundo Pereira (2000), embora a questão social não fosse mais vista como caso de polícia,

A política brasileira, não obstante encampada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes, como uma espécie de *zona cinzenta*, onde se operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica ou administrativamente e, portanto, despolitizada. (PEREIRA, 2000, p.130).

Após a 2ª guerra, os países centrais da Europa, e o Estados Unidos viviam um período de reconstrução e de expansão na economia, de Welfare State, que segundo Yasbeck (2004) marca a articulação entre trabalho, direitos e proteção social que configurou os padrões de regulação sócio-estatal.

A partir da década de 1950, o país vivenciou uma crescente urbanização e modernização do país, chamada de período desenvolvimentista.

O então presidente Juscelino Kubitchski, com o *slogan* de desenvolver o país 50 anos em cinco anos de administração, cria novos campos de trabalho principalmente na

construção civil, cuja principal obra foi a construção da nova capital do país localizada no centro-oeste do Brasil. Constrói estradas, incentiva instalações de grandes indústrias automobilísticas, mas as consequências no campo social são desastrosas.

Embora em seu Plano de Metas tenha contemplado a Educação, esta tinha o objetivo de preparar mão de obra para a indústria. A inflação era alta e os salários sofriam constantes perdas. As benfeitorias privilegiavam a elite, e o povo participava na construção do progresso, porém não usufruía dele.

Segundo Pereira (2000, p.133), o país entrava a década de 1960, com estagnação econômica, com mobilização das massas pedindo reformas socioeconômicas, com um grande endividamento externo.

Na política houve a renúncia de Jânio Quadros, que fora eleito com o voto direto. Assumiu João Goulart, que embora tenha realizado um breve governo, segundo Pereira (2000, p.134) “apresentou reformas progressistas da política social, reivindicadas pela sociedade, mudanças no sistema eleitoral, na organização urbana, na relação de prevalência do capital estrangeiro”, entre outras mudanças que fariam as bases conservadoras se articular com segmentos agro mercantis que culminaria com o Golpe de 1964.

Entraríamos em um período marcado por violência, cassação dos direitos civis, deportações, prisões e mortes daqueles que ousavam expressar seus pensamentos contrários ao regime militar.

Para Pereira apud Tavares e Assis (1985, p.11), “o Estado deixa de ser uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrata e centralizador”. Ainda a autora coloca que o modelo econômico adotado possuía as seguintes tendências: “menosprezo pelas massas; valorização do capital estrangeiro; concepção de política social como decorrência do desenvolvimento econômico”.

No final da década de 1970, o regime militar começa a perder forças, devido à crise econômica instalada, as oposições políticas e principalmente a pressão de movimentos da sociedade civil organizada que passam a reivindicar mudanças.

Em todo este processo político e econômico brasileiro, o Serviço Social foi peça chave na relação do Estado com a sociedade e é neste sentido que abordaremos no próximo item um breve contexto do Serviço Social no Brasil.

Como colocado por Iamamoto (1997, p.6),

A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz *um pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições de trabalho e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.

2.2 O Serviço social no Brasil

O Serviço social surge no país na década de 1930, como estratégia de intervenção do Estado, da burguesia e da Igreja, no enfrentamento dos conflitos entre capital e trabalho. Segundo Fabrício (2001, p.12 apud Martinelli, 1989):

Na busca de uma “Harmonia Social” com o objetivo de desmobilizar e disciplinar a classe trabalhadora e suas famílias, como um movimento laico, ancorado na doutrina neotomista e associado ao funcionalismo. Uma visão abstrata e transcendental do homem e de um bem comum, com a naturalização da norma, da moral, da funcionalidade do mundo e dos papéis sociais.

A profissão foi se construindo na contradição de valores, de um lado representando as reivindicações das classes subalternas, de outro sendo executora e mediadora de políticas públicas elaboradas pelo aparelho estatal no enfrentamento destas questões.

O Serviço Social tem como marco do seu desenvolvimento a sociedade urbano-industrial que consolida, no cenário político e econômico, as classes sociais fundamentais ao modo de produção capitalista e transforma a prática profissional numa atividade

diferenciada na divisão social e técnica do trabalho (RAICHELIS, 1988, p. 11).

Para Sposati ao longo do tempo as práticas e os estudos vão permitir que seja possível detectar as contradições da Assistência Social que é orgânica ao trabalhador e ao capital:

Orgânica ao capital enquanto voltada prioritariamente para a subsistência da mão de obra de reserva ou como amenizadora do padrão mínimo de vida que a política salarial imprime à vida do trabalhador. Orgânica ao trabalhador enquanto substituta da renda mínima (ainda que submetida ao critério da necessidade), enquanto ainda possibilidade alternativa de acesso a condições mínimas de sobrevivência e, mais do que isso, como espaço possível de sustentação de novas alternativas nascidas da organização popular (SPOSATI, 1995, p.15).

Historicamente, a Assistência Social foi executando práticas pautadas em modelos norte-americano e franco-belga (althusseriano e foucaultianos), de concepção estruturalista e funcionalista, que segundo Sposati (1995, p.14) “adotava uma noção de carência, marginalização social, de conceito de ideal da família e do trabalhador”.

Em uma ação secundarizada e imediatista, a Assistência Social persistiu por décadas numa prática assistencialista, tutelar, clientelista e fragmentada, com práticas pontuais e descontínuas.

A prática do Serviço Social não despertava nenhuma ação concreta no enfrentamento das questões sociais, apenas uma ação de repasse de auxílios, financeiramente cara que não surtia efeitos em melhora de condições de vida da população e uma perpetuação do processo de subalternização.

A Assistência Social se dava também através da solidariedade, da filantropia, da caridade. O Estado buscava combater as desigualdades com políticas sociais paliativas, utilizando todo um aparato técnico burocrático, dispendioso, que não atendia a todas as demandas e acabava por não solucionar os problemas sociais.

A relação Estado - sociedade dava-se através de políticas sociais adotadas por ele (o Estado) para amenizar as precárias condições de vida das classes subalternas.

Este modelo assistencial adotado para o enfrentamento da pobreza não significa uma ação de resolutividade as condições de vida da população carente, pois segundo Sposati et al (1995, p.28) “a presença do assistencial nas políticas sociais, conforma o usuário, possível gestor, em beneficiário assistido”.

Para os autores, as estratégias do Estado ao longo da história de enfrentamento a pobreza deu-se por duas vias:

- o uso de um regime autoritário e excludente;
- a introdução de políticas calcadas no modelo assistencial.

O modelo assistencial, forma compensatória de carências, imprime um modo perverso de combate à questão social, pois o beneficiário precisava provar seu grau de pobreza para ter acesso aos benefícios.

Atestar o grau de carência passa a ser uma preocupação básica. É ele o passaporte para o ingresso no aparato das exigências institucionais. E aqui, reside inclusive uma das funções persistentes dentro as atribuições dos assistentes sociais: a triagem sócio-econômica. (SPOSATI et al, 1995, p.30).

Ainda Sposati et al (1995, p.31) citando Gough ainda colocam que:

Os programas sociais não chegam a se constituir em mecanismos redistributivos, são formas pelas quais o Estado amplia sua responsabilidade face ao custo de reprodução das condições de vida dos trabalhadores constituindo-se, ao mesmo tempo, em formas de controle social e de diminuição dos graus explosivos da luta de classe.

Mas as políticas sociais brasileiras sempre refletiram as interferências de modelos internacionais e as características peculiares da política brasileira que nem sempre foram pautadas na cidadania e nos direitos sociais, diferentemente dos países capitalistas centrais que tinham sua política embasada no pleno emprego e nos direitos universais.

No Brasil, estas políticas refletem historicamente o momento político e econômico vivido, possuindo algumas particularidades a serem destacadas.

As políticas de proteção brasileiras tiveram segundo Pereira (2002, p.127), “momentos de expansão nos regimes autoritários”.

Ainda a autora citando Esping - Andersen (1991), diz que a construção deste modelo de proteção brasileira perpassa por uma combinação de elementos, que faz com que possua características de intervenção pública com ações típicas e seletivas como no modelo liberal; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos conservadores estabelecem esquemas universais não contributivos de benefícios e serviços – característicos de regimes sócio-democratas. Todas estas características provenientes de modelos internacionais.

Juntou-se ainda a confecção do modelo brasileiro, as características históricas nacionais, uma Cultura Política que é pautada no clientelismo, elitismo, na tecnocracia onde Oliveira coloca que:

A história da Assistência Social tem sido pródiga em demonstrar o quanto à cultura política tem sido capaz de legitimar a Assistência Social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda a sorte [...]. A gestão da Assistência Social sob esse enfoque, [...] é desarticulada e fragmentada, e seus efeitos se reduzem a ajudas e concessões pontuais e descontínuas, que longe de superar a miséria, podem reproduzir uma forma de relação clientelista entre ricos poderosos e pobres desafortunados. (OLIVEIRA, 2003, p. 119).

Em meados da década de 1960, começa um movimento de ampla revisão do Serviço Social. Foi o movimento de Reconceituação, que ocorreu na América Latina em resposta aos desafios encontrados pela prática social.

Iamamoto e Carvalho (1982) colocam que foi um movimento tipicamente latino americano, onde através da contestação do tradicionalismo profissional “implicou em um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.

Embora as bases teóricas fossem diferenciadas e os problemas sócio-políticos e econômicos distintos, havia a necessidade de discussões de enfrentamento a problemas peculiares destes países.

Iamamoto e Carvalho (1982, p.209) destacam quatro eixos fundamentais das discussões da reconceituação:

- o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países cêntricos;
- a criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo;
- politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometidos com a transformação social;
- a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social, que o lança no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias.

Não era mais admissível uma prática pautada em modelos de países centrais que tinham sua economia estabilizada cujos problemas sociais se refletiam de forma diferenciadas dos países chamados de “terceiro mundo”.

Neste período deu-se início a uma reestruturação profissional, articulando pesquisas e práticas, debates, produções literárias em uma perspectiva crítica/dialética, com bases marxistas, trazendo a ruptura teórica e prática com a formação tradicional.

Para Iamamoto e Carvalho (1982, p.207) “buscavam-se novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos”.

O movimento acabou por desviar do seu ideal no cenário brasileiro, que vivia uma ditadura militar. Impossibilitados de romper bruscamente com a prática instalada, as discussões ficaram resumidas ao campo acadêmico e as críticas ao modelo tradicional, não imprimindo a profissão uma nova prática condizente com as discussões que surgiam na América Latina.

Mas é fato registrar que o movimento de reconceituação contribuiu para a construção de uma identidade profissional, revendo práticas adotadas por esta profissão ao longo dos anos.

No final da década de 1970, diante da profusão de movimentos sociais que lutavam contra a situação caótica em que se encontrava o país e as críticas as políticas sociais instaladas, fez com que o Serviço Social revisse suas propostas de ação. Sposati et al (1995) coloca que:

A partir de 1979, aprofundar e sistematizar a prática voltada para a transformação das condições opressivas de vida da população consubstanciam a corrente hegemônica na profissão, pelo menos a nível do discurso (SPOSATI et al, 1995, p.52 e 53).

A década de 1980 começa com uma reestruturação da grade curricular do Curso de Serviço Social, com vistas às indagações propostas por Yamamoto em 1982, pensando o Serviço Social como “uma especialização do trabalho, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”.

Para Yamamoto (1997, p.07), “pensar o Serviço Social na contemporaneidade, requer que se tenham os olhos abertos para o mundo contemporâneo, para decifrá-lo e participar da sua recriação”.

O item a seguir aborda as mudanças contidas na década de 1980 que culminaria com a Constituição Cidadã de 1988, da qual a participação dos profissionais do Serviço Social juntamente com a sociedade civil e profissionais de outras categorias foi de suma importância para a construção de uma legislação com vistas ao direito social e a cidadania.

2.3 Período de redemocratização e a política de Assistência Social

A Assistência Social, nas últimas décadas passou por transformações buscando deixar o estigma de benevolência, assistencialismo e filantropia deixado ao longo da sua trajetória. Para Mestriner (2001, p.14),

Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre estes conceitos, políticas e práticas têm sido difíceis distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país.

A década de 1980 marcou profundamente a história do país. A política adotada pelos governantes da ditadura militar, de proibição de direitos civis, de coerção perdia força, diante da profunda crise econômica que fez eclodir as questões sociais.

Para muitos este período é conhecido como a “década perdida”, principalmente pela estagnação da economia e o aumento das desigualdades sociais.

Mas se olharmos esta década com um olhar social, vamos perceber o quanto ela foi importante para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa.

O regime de ditadura militar desgastado com o fracasso econômico começa no fim da década de 1970 uma série de medidas que inicia uma abertura política.

A população se organiza em vários movimentos sociais com um objetivo em comum: a restauração da democracia e da cidadania, o que Sposati chamou de “processo brasileiro de redemocratização”.

Para Raichelis (1988), o final da década de 1970, “trás uma reorganização do movimento popular”, isto tem repercussão nas relações de trabalho e na relação da sociedade com o Estado. Ainda para a autora,

Essa população marca sua presença na cena política enquanto força que se organiza coletivamente e que age no sentido de pressionar e exigir da classe capitalista e do Estado o atendimento as suas reivindicações relacionadas tanto com a esfera da produção quanto com a esfera do consumo (RAICHELIS, 1988, p.19).

Na economia, o país passa por uma crise sem precedentes. A dívida externa herdada de outros governos e agravada no período desenvolvimentista colocam o Brasil na mão de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial de Desenvolvimento (BID), que exigem adequações políticas e cortes de gastos com a máquina pública para o pagamento da dívida externa.

O processo inflacionário causa um aumento constante do custo de vida, dificultando ainda mais as condições da população carente.

O contexto mundial, cujos reflexos sempre influenciaram a política, economia e a sociedade brasileira, assistia uma série de eventos significativos. O fim da Guerra Fria trouxe uma mudança geopolítica onde o mundo não era mais dividido em dois blocos econômicos (os países capitalistas e os países socialistas). O capitalismo avança, imprimindo sua ordem. A União da República Socialista Soviética (URSS) é extinta, cai o Muro de Berlim marcando a unificação da Alemanha Oriental e Ocidental.

As modificações na relação de trabalho trouxeram como agravante desempregos em série, seguido também pela exploração da força de trabalho em países periféricos através das instalações das empresas multinacionais.

As grandes empresas abrem mão do crescimento via produção, outrora eixo norteador de suas estratégias, e passam rapidamente a acelerar a terceirização das atividades, abandonar linhas de produto, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduzir gastos, sobretudo com mão de obra. (MATTOSO, 2001, p.20).

A globalização da economia e a possibilidade da integração através do livre comércio entre as nações, a rapidez da informação com o advento da internet, a transferência de

capital dos países centrais para outros países são fatores que contribuem para esta mudança. Esta nova ordem mundial é vista assim por Silva (1995, p.59):

No contexto da nova ordem mundial, com o reino do mercado interdependente, centrado na globalização e na regionalização, com orientação de blocos econômicos, as relações entre países, blocos e hemisférios são marcadas por profunda assimetrias e desigualdades, posto que o redimensionamento de fronteiras tem como critério básico a pobreza e a riqueza das nações.

O Estado passa a reduzir cada vez mais seu papel em relação às políticas sociais. A lógica neoliberal ganha força e o mercado dita as regras.

Nesta época a Assistência Social era vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que englobava o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM).

As duas últimas instituições citadas eram responsáveis pela formulação e execução das políticas assistenciais.

A LBA foi reconhecida como órgão de colaboração do Estado em 1942, com fortes traços de primeiro-damismo, se originaram da mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, tinha por objetivo substituir o antigo espírito filantrópico e religioso da assistência social, por formas de atendimentos técnico-científicos, numa relação entre o público e o privado.

Já a FUNABEM era direcionada a questão do menor, assunto este discutido desde meados do século XIX. Foi sofrendo alterações a cada período histórico, conforme a legislação vigente. Com a extinção do Sistema de Amparo ao Menor (SAM), na década de 1960, o governo cria a FUNABEM que a princípio era vinculado ao Ministério da Justiça. A partir da década de 1970, passou a ser parte integrante do MPAS.

As ações sociais desenvolvidas pela LBA segundo o relatório anual de 1986 da instituição eram: creches – casulo (atendimento a crianças de 3 a 6 anos); elo (atividades educativas, culturais, lazer, orientação pedagógica e iniciação profissional para faixa etária de 7 a 18 anos); assistência educacional e social à família; assistência social complementar; ações comunitárias; registro civil; assistência jurídica; cursos e grupos de produção; microempresa social; assistência aos idosos; assistência aos excepcionais; complementação alimentar; promoção nutricional; ações básicas de saúde; programa nacional de voluntariado.

A FUNABEM desenvolvia ações como a priorização da não internação; ênfase no desligamento; dinamização de programas para a preparação do menor para e pelo trabalho; participação do menor na produção, comercialização, entre outros.

Apesar de um programa diversificado de serviços, as instituições eram centralizadoras, paternalistas, autoritárias, burocráticas e seletistas. Possuíam número insuficiente de profissionais, principalmente qualificados para a função, com má gestão e aplicação de recursos públicos.

O MPAS enfrentava uma crise financeira, justificando que havia pouca arrecadação e gastasse muito com as ações assistenciais, o que fez segundo Sposati et al (1995, p.33), “ressurgir a discussão sobre as funções assistenciais que foram sendo assumidas ao longo de sua história, ante a necessidade de alcançar um novo equilíbrio orçamentário e de definir com precisão o escopo das atividades previdenciárias”.

Ainda segundo a autora os debates aconteciam direcionados a problemas financeiros e institucionais da questão, “uma reforma institucional que separasse com maior rigor as funções previdenciárias das assistenciais no interior do aparato estatal de política social, com nova definição das dotações orçamentárias, fontes de custeios e órgãos

executores”, em detrimento a questões mais globais de inclusão e exclusão dos segmentos desfavorecidos. A conjuntura atual pedia mudanças urgentes no campo das ações sociais.

Segundo Sposati et al (1995, p.42) era possível elencar vários pontos que reforçavam a importância dos debates: a não existência da uniformidade de critérios das análises entre assistência social e previdência, os critérios utilizados (institucional, jurídico ou contábil) não eram baseados em conceitos, mas em pré-noções de caráter pragmático e ideológico, que permitia manipulações dependendo dos interesses.

Para a autora, essa indefinição de uma conceituação mais rigorosa, deixava de abordar questões sobre o fundamento da política social em exercício, com base na redistribuição e equidade.

Era necessária na conjuntura atual uma discussão para definir uma política de proteção social que viabilizasse políticas públicas condizentes com a realidade de pobreza vivida pela população, que repensasse o modo em que o Estado conduzia sua atuação frente a estes problemas.

As discussões lançadas em 1986 por estudiosos com o intuito de redefinir as funções assistenciais e a reestruturação da previdência Social resultam em três propostas centrais:

- separação dos recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), de modo que a assistência deva ser contemplada com recursos residuais;
- alteração das fontes de financiamento dos programas assistenciais, substituindo os recursos do FPAS por recursos fiscais, através de vários ajustes;
- propõe também a separação entre previdência e assistência social, não só em termos de recursos, mas de estrutura institucional.

Foi elaborado um relatório pelo Grupo de Trabalho para a reestruturação da Previdência Social, criado pelo Decreto nº. 92.654, de 1986, pois este apresentou uma

proposta ampla de seguridade Social (de estilo Beveridgeano) que extrapolava o âmbito do seguro, sugerindo uma vertente não contratual e não contributiva (PEREIRA, 2002, p.149).

Todo cidadão brasileiro é titular de um conjunto mínimo de direitos sociais independentemente de sua capacidade de contribuição para o financiamento dos benefícios e serviços implícitos nesses direitos. (SANTOS, IN MPAS, 1986, p.05).

Essa proposta com algumas alterações seria acatada pela Assembléia Constituinte e incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988.

Mas que a oportunidade de inserir o Serviço Social como uma política pública no enfrentamento das questões sociais, a categoria via a possibilidade de discussões também da prática profissional.

Sposati et al (1995, p.4) coloca que,

Em momentos de crise, a prática do assistente social se torna fundamental, pois exige estratégias teórico-práticas no interior das políticas assistenciais, contribuindo para o fortalecimento do processo organizativo dos setores populares, em articulação com os movimentos sociais.

Segundo os autores, ainda possibilita o questionamento do fazer profissional e da adoção de programas e estratégias de ação que realmente se comprometam com o processo de fortalecimento e constituição de cidadania, fazendo valer os direitos políticos e sociais da população.

A assistência social além de delimitar a ação de um campo, o social, institucionaliza uma prática, imprime uma racionalidade, constrói um conhecimento. Assim ela compreende um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meio de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto a sobrevivência, convivência e autonomia social. (MESTRINER, 2001, p.16).

Estas discussões em torno da Assistência Social e como os assistentes sociais passam a discutir sua atuação no enfrentamento da questão social ganham corpo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A partir da nova Lei Magna que eleva a Assistência Social ao patamar de Política Pública, começa um novo processo de discussão para regulamentação das diretrizes da Assistência Social e da prática do serviço social com a elaboração do novo Código de Ética da profissão.

2.4 A política de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988

A atual Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 05 de outubro de 1988, selando um momento histórico de redemocratização da sociedade brasileira. Em seu texto sócio-democrata, pautado em cidadania e direitos sociais, a sociedade civil consegue alcançar grande parte de suas reivindicações feitas através de manifestações, debates e negociações com a classe política.

A partir de 1988, a Constituição Federal do Brasil traz um novo conceito de Seguridade Social que tem por base a universalidade, uniformidade e equivalência de benefícios, seletividade e distributividade, irredutibilidade de valor do benefício, equidade na forma de custeio e a descentralização da gestão com caráter democrático e participativo. Sposati (1995, p.5),

O conceito de Seguridade Social se faz ou nos marcos extensivos de um Estado Providência, distributivo de serviços sociais básicos a toda a população, ou em marcos restritivos, isto é, apenas aos necessitados.

O conceito de Seguridade Social trazida pela Constituição Federal de 1988 traz a ação conjunta entre três políticas: Saúde e Assistência Social de caráter não contributivo e Previdência Social de caráter contributivo.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL. Constituição Federal 1988).

Ainda a Constituição Federal de 1988 traz em seu texto novas terminologias como mínimos sociais, descentralização, equidade, justiça social, direitos sociais entre outros, o que Pereira (2002, p.152) chamou de “categorias chaves norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotado no país”.

Para que as diretrizes destas políticas fossem efetivadas, elas necessitariam estar regulamentadas por suas respectivas leis. Na Saúde já em 1990 criou-se um Sistema Único (SUS), que objetivava claramente os preceitos da proposta constitucionais de universalidade, articulação entre os três poderes, descentralizada e regionalizada e com orçamento próprio.

A Previdência Social foi regulamentada em 1991, igualando os direitos de trabalhadores rurais, urbanos e domésticos, sobressaindo o favorecimento a quem estava com carteira assinada. Ambas as políticas com dotação orçamentária.

Na Assistência Social o processo foi mais lento do que as demais políticas, pois as transformações foram marcantes. Os serviços sociais que sempre foram considerados “favores” passam à categoria de direitos, buscando a quebra de uma prática assistencialista, com fim em si mesma.

Busca-se de forma descentralizada, democrática e participativa, construir políticas sociais que alterem o quadro de pobreza da população, dando ênfase a alguns segmentos mais vulneráveis da população já citados, inclusive com programas de transferência de renda.

Porém foram cinco anos de espera até a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei 8.742/93).

O Brasil, que entrava na década de 1990 com presidente eleito por voto direto, com uma Constituição Federal resultante de acordos entre Estado e sociedade com um texto sócio-democrata, tinha que lutar com o seu pior inimigo: o neoliberalismo.

Segundo Pastorini (1998, p.205),

[...] É neste momento histórico que começam a ser implementadas no país as políticas de ajustes macroeconômicas neoliberais que impedem a concretização de muitos avanços previstos na Constituição Federal e na LOAS, dificultando o processo em andamento que buscava estruturar um sistema de proteção público e unificado.

A política econômica adotada pelo governo brasileiro era um entrave para o avanço da política de proteção social. Para Pereira (2002, p.159):

Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avalizar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta.

O governo Collor não contribuiu para a efetivação da política de Seguridade Social preconizada na Constituição Federal de 1988 e demonstrava clara rejeição ao modelo, não fazendo nenhum esforço para aplicá-la. Suas ações no campo assistencial se apresentam na reforma administrativa que trouxe cortes aos programas sociais, fragmentação e pulverização de recursos, redução de gasto social entre outros, apoiados pelo Fundo Monetário internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento, conseguido através de emendas constitucionais e medidas provisórias.

Do seu sucessor Itamar Franco, fica a contribuição da regulamentação da LOAS, embora sobre pressão do Ministério Público que ameaçava mover ação de inconstitucionalidade por omissão contra o chefe do executivo federal.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, a política neoliberal se concretizou. Aconteceram diversas privatizações e o que Pastorini (1998, p. 211) chamou de retrocesso histórico para a Assistência Social. Referência ao Programa Comunidade Solidária (PCS) que não era atrelado à política de assistência, sendo “um subconjunto de ações governamentais destinado a combater a fome e à pobreza no Brasil”, reproduzindo as antigas formas de solidariedade comunitária familiar, e que atrela o social ao primeiro-damismo e a lógica da ajuda.

O Estado passa a se retirar cada vez mais das responsabilidades sociais, transferindo à sociedade organizada através de Organizações Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através de repasses de verbas e isenções fiscais, para que estas prestassem serviços à população necessitada, baseados na política do favor e do clientelismo, de forma fragmentada, cuidando dos indivíduos problemas.

Assim, a pobreza, o desemprego, a miséria, fome etc. são vinculados do modo de produção capitalista e recolocados como problemas individuais e naturais de determinados grupos populacionais, que poderiam ser resolvidos através de ações focalizadas que busquem compensar uma carência individual e/ou grupal. (PASTORINI, 1998, p.212).

Frente às transformações trazidas pela Constituição Federal foi necessário repensar o Código de Ética da Profissão para que estivesse de acordo com as novas questões a serem enfrentadas pelo Assistente Social.

O Código teve sua regulamentação anterior a LOAS, imprimindo em seu texto à necessidade de adaptação do profissional as novas tendências da realidade.

2.5 O Assistente Social e o Código de Ética do Serviço Social

Abordaremos a intervenção do assistente social que está inserido em uma instituição pública, entendendo ser o Estado o maior empregador do profissional de Serviço Social, cuja atividade é desenvolvida nos programas sociais de enfrentamento a pobreza e outras questões sociais.

Desde a década de 1970, as discussões sobre o Serviço social o colocam segundo Yamamoto (1997, p.13) como “uma especialização do trabalho, uma profissão particularmente inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”.

Sendo assim, é necessário que se adaptem as transformações que vem ocorrendo nas relações de trabalho que porventura se refletem na relação da sociedade com o Estado.

Embora regulamentada como uma atividade profissional liberal, o assistente social vende sua capacidade de trabalho em troca de salário para entidades patronais que necessitam dos seus serviços. Sendo assim, a autora coloca que “a profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem as necessidades sociais”.

Para Silva (1995, p. 66) “em termos gerais, [...] ao se inserir no processo de políticas públicas e ao se engajar em movimentos sociais, os assistentes sociais tem assumido essencialmente a função de prestador de serviços e de educador-organizador”.

A autora coloca que no caso de prestador de serviços, o assistente social está vinculado principalmente a questões sociais como a pobreza, onde sua ação está voltada ao atendimento de necessidades mais concretas e imediatas de serviços básicos.

Nas ações educativas e organizativas, o profissional executa ações socializadoras, “na ação de democratização da sociedade e de politização das demandas sociais”.

A profissão é fundamentada na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Código de Ética do Serviço Social e na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/93), onde estão contidos os direitos, os deveres, as proibições inerentes à prática do Assistente social.

Utilizando os onze princípios que norteiam a profissão do Serviço Social inscritos no Código de Ética (Lei 8.662/93) que procuraremos fazer uma análise da intervenção do assistente social dentro de instituições públicas.

O primeiro princípio versa sobre o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Os desafios encontrados para afirmação deste princípio dentro da profissão colide com a historicidade das ações assistenciais que foram construídas com um caráter clientelista e assistencialista, respondendo as demandas com políticas sociais impostas pelas classes dominantes, com medidas que eram caracterizadas como “favores” e não como “direito”.

Ao se inserir como uma profissão cuja ação é direcionada a emancipação e expansão dos indivíduos coletivos, o assistente social se depara com uma cultura política que insiste em ver o profissional como prestador de serviços e de repasses de benefícios materiais, obstáculos que podem comprometer a prática profissional, tornando-a mantenedora de uma ordem que não corrobora com a emancipação de seus mandatários.

O que se busca com este princípio é estabelecer segundo Paiva e Sales “o resgate da dimensão do indivíduo como sujeito com direito a liberdade”. (PAIVA; SALES, [entre 2002 e 2005], p.).

A partir do momento que temos um contato direto com os usuários dos serviços assistenciais, podemos optar em reproduzir mecanicamente aquilo que a instituição pede, ou

desenvolver ações educativas que abram um leque de opções para o usuário na busca de seus direitos como cidadão.

Para Yamamoto (1997, p.07) ao discutir o Serviço Social na contemporaneidade, a autora coloca que é necessário “ter olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”. Segundo a autora isto é possível através da crítica, utilizando-se de uma metáfora escrita por Marx, coloca que “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livre deles e possam brotar flores vivas”.

É necessário desenvolver ações que libertem os indivíduos sociais para que possam se desenvolver plenamente e conquistar seu espaço e seus direitos.

No segundo princípio, está a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Um princípio em articulação com o outro. Ora, se preconizamos a liberdade, como um princípio básico, devemos ser fervorosos defensores dos direitos humanos, repudiando qualquer tipo de discriminação, de violência, de autoritarismo com relação ao indivíduo.

Vivemos em uma sociedade onde as resultantes da questão social, tomando aqui o eixo de discussão de Yasbeck (2004, p. 33) a respeito da pobreza, exclusão e subalternidade, “permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais nos defrontamos cotidianamente em nossa prática profissional”.

Dentro da nossa profissão frente às políticas sociais, podemos ser coniventes com a ordem que cria desigualdades e impõe aos seus semelhantes, formas desumanas de vida ou podemos trabalhar para que o usuário torne-se tão cidadão quanto o presidente, o empresário, o policial, ou qualquer outra pessoa que se utiliza de sua posição social para desmerecer outra pessoa.

No terceiro princípio que trás a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

Ampliaria este conceito para o alcance de todo o cidadão, independente deste estar inserido no mercado de trabalho ou não. Boa parte da população brasileira encontra-se na linha da pobreza ou abaixo dela em situação de indigência, e muitos destes vivem da informalidade. E mesmo àqueles que estão na formalidade, ou seja, possuem carteira de trabalho e vínculo com a Previdência Social, estão passando por privações, não possuindo o suficiente para prover suas necessidades básicas.

Isto implica em desenvolver uma conscientização da população na importância de sua participação como cidadão de direito e de agente transformador.

Temos uma legislação que trás esta concepção de direitos sociais e cidadania. De participação e descentralização da gestão da política pública através de instrumentos como os Conselhos de Direitos. Estes veículos, somados a participação popular, ao controle social entre outros, podem auxiliar na mudança desta política excludente que impera em nosso país.

Embora a política de ações emergenciais seja no momento, uma realidade necessária no nosso fazer profissional, devido à necessidade concreta da população em não conseguir prover o mínimo necessário para sua sobrevivência, devemos nos pautar em uma cidadania que segundo Paiva e Sales (entre 2002 a 2005, p. 22), devem estar “de acordo com a nova acepção ética-política proposta, consistindo na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos fundamentais à sua realização”.

O quarto princípio trás a defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

O Assistente Social frente a este princípio deve trabalhar na perspectiva de defesa da igualdade de condições de vida da população. A riqueza produzida deve ser compartilhada por todos, e não apenas por uma ínfima parte da população.

O Estado brasileiro tem hoje uma política voltada para os mínimos sociais pautadas em uma política econômica neoliberal. Transfere para a sociedade civil a responsabilidade de ações que deveriam ser oferecidas pelo Estado proporcionando uma cobertura as demandas trazidas pelo usuário. Mas na contramão da distribuição da riqueza socialmente produzida, o Estado desenvolve políticas sociais para a população extremamente carente, com critérios de elegibilidade que mais exclui do que inclui o usuário.

É necessário viabilizar a participação popular através de suas representações para que de forma democrática e participativa, eles possam exercer sua cidadania levando suas reivindicações e as demandas existentes para serem contempladas nas ações do governo.

Estratégias que servem também para a afirmação do quinto princípio que trás o posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo que possa assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Utilizando ainda Paiva e Sales (entre 2002 a 2005, p. 24), que colocam a “justiça social como uma necessidade imperiosa de se atribuir a cada um o que é seu, no sentido do respeito à igualdade e aos indivíduos” é que o assistente social deve desenvolver sua prática .

O sexto princípio coloca o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, á participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”, primordial para a prática profissional. Os usuários dos programas e projetos da assistência social são pessoas que geralmente possuem particularidades que o excluem de certa forma de usufruir uma vida digna, da qual todos têm direito.

Vamos atender a uma parcela da população que é marginalizada por várias situações seja pela etnia, pela religião, pela cultura, pela opção sexual e assim por diante. E aqui podemos registrar um dado interessante que vem aumentando a cada dia. Percebemos que não é apenas o fato da carência econômica que leva o usuário a procurar pelo assistente social.

A cada dia que passa, as pessoas recorrem ao Serviço Social para buscar não apenas o benefício material oferecido pelo Estado, mas também orientações e encaminhamentos com relação a direitos diversos.

Os problemas sociais extrapolam a questão econômica. Um exemplo claro é a questão da criança e do adolescente vítima de violência doméstica, da drogadição, da doença como câncer, HIV, hanseníase, problemas psiquiátricos entre outras, que acabam afetando a dinâmica familiar e posteriormente acabam sendo demandas do Serviço Social. Não são fatos que aconteçam apenas em famílias carentes, acabam perpassando por todas as camadas sociais e desencadeando uma série de conflitos dentro da família que acabam por necessitar da intervenção do assistente social.

Este princípio não está implícito apenas na relação do assistente social com o usuário. Perpassa também as relações com outros profissionais e até mesmo entre a própria categoria.

Daí a grandeza de perceber aquilo que Paiva e Salles (entre 2002 a 2005, p.26), utilizando uma citação de Chauí colocam a respeito do campo ético:

[...] O universo cultural, histórico-cultural, [é o] que põe os critérios de valoração das situações, de valoração das ações realizadas e que põe para nós o modo de relação com o outro. A Ética, portanto, não se realiza na solidão de alguns sujeitos, mas na intersubjetividade social, no mundo cultural e histórico.

No sétimo princípio o Código de Ética do Serviço Social (Dez anos do código de ética e da lei de regulamentação da profissão. Código de ética profissional, [entre 1999 e 2002], p.). trás “a garantia do pluralismo, através do respeito as correntes profissionais

democráticas existentes e suas expressões teóricas, do compromisso com o constante aprimoramento intelectual”.

O Serviço Social se desenvolve em três eixos: o histórico, o teórico e o metodológico.

Entendendo que é uma profissão que foi socialmente determinada no enfrentamento das questões sociais, e que ao longo da história foi se adaptando as novas demandas, e aperfeiçoando a sua intervenção.

Embora várias correntes de pensamento influenciassem ao longo do tempo o fazer profissional, daí a referência ao pluralismo neste princípio, algumas práticas ao longo deste período foram sendo superadas devido às novas demandas surgidas à profissão.

A importância de debates permanentes e de produções literárias para aprimoramento do assistente social tem se constituído em um importante passo para o aperfeiçoamento do profissional frente a realidade onde ele tem que atuar.

Por isso, à medida que existem debates para a compreensão de todos do que é positivo incorporar ao fazer profissional e o que está ultrapassado para atender as novas demandas surgidas e vontade dos profissionais de estarem aprimorando o seu conhecimento, a tendência é a melhoria do processo de trabalho e dos resultados nas questões sociais.

O oitavo princípio vem para ressaltar e afirmar a importância de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia ou gênero.

A busca da justiça social e da equidade social, para que todos possam partilhar e usufruir da riqueza produzida, neste mundo capitalista é um desafio imposto ao profissional de Serviço Social.

O nono princípio trás a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem do princípio do Código de ética da profissão e com a luta geral dos trabalhadores.

A importância de estar articulado com outras categorias profissionais é de suma importância para desenvolver um bom trabalho. Imprimir em outras profissões um olhar social, pautado na diversidade, no respeito a pessoa é uma contribuição que o assistente social pode dar em equipes multidisciplinares.

O décimo princípio trás uma discussão interessante quando coloca o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.

O assistente social que trabalha em entidades públicas, conhece bem a precariedade das condições de trabalho. Encontra dificuldades financeiras, físicas e de recursos humanos, que obviamente atrapalha o desempenho de suas atividades.

Mas isto não deve ser um desestímulo ao trabalho do assistente social, afinal não é um problema que atinge apenas esta categoria.

O espaço do profissional dentro de qualquer instituição é construído dia-a-dia, através das respostas as questões que lhes são apresentadas.

Para afirmar seu compromisso com a qualidade dos serviços e responder as demandas que surgem o profissional deve se manter sempre atualizado, o que o deixa fundamentado para desenvolver programas e projetos que visem à qualidade dos serviços prestados.

E por fim o último princípio onde coloca que exercício do serviço social, sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Este princípio remete a várias possibilidades de discussões, pois trás vários pontos que são alvos de preconceito em nossa sociedade.

Iamamoto (1998, p. 64) trás a discussão deste preconceito quanto à profissão que por ter uma composição predominantemente feminina, sofre os reflexos de uma sociedade com fortes traços machistas.

A imagem de bondade, caridade, benfeitora está presente na profissão devido às influências direta da Igreja Católica na origem da profissão, o que passa uma imagem de fragilidade. Fator que tende a ser superado, pois assim como as mulheres, a profissão vem construindo o seu espaço e determinando sua importância.

Mas, o princípio não se refere apenas ao Serviço Social. O assistente social trabalha diretamente com segmentos da sociedade que sofrem discriminações constantes, que vivem excluídos.

Temos que trabalhar na perspectiva de inclusão, de viabilização de direitos a população.

A diversidade é uma constante na nossa sociedade e é com base nela que deve ser direcionado nossa linha de trabalho.

Como coloca Iamamoto (1998, p.68), “o serviço social tem efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”.

A importância dos princípios contidos no Código de Ética da profissão é a possibilidade de concretizar os objetivos de uma sociedade com justiça e equidade social.

Apesar de regulamentada, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), trás um texto que abre precedente a várias interpretações e necessidades de reformas estruturais para sua aplicabilidade.

2.6 A Assistência Social e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (8.742/93)

Dentro da nova visão de proteção social, a Assistência Social passa a ser Política Pública, não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. Deverá ser prestada a quem dela precisar, tendo por objetivo a proteção à família, a maternidade, à infância e a velhice, a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e garantia de um salário mínimo aos portadores de deficiências e idosos que comprovaram a impossibilidade de prover seu sustento e tê-lo provido pela família.

Regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/93, busca o enfrentamento a pobreza e a provisão dos mínimos sociais e traz como princípios a supremacia do atendimento das necessidades básicas, universalização dos direitos sociais, igualdade de direitos no acesso, divulgação ampla dos benefícios, serviços e programas e projetos, respeito à dignidade do cidadão.

Sua organização deverá ser descentralizada e democrática, com participação popular através de representatividade da sociedade civil nos conselhos de direitos e Comando único das ações em cada esfera de governo.

Esta nova visão da Assistência Social traz uma perspectiva de mudanças da cultura política estabelecida ao longo da história.

As políticas sociais vêm ganhando grande enfoque na mídia, e na gestão atual do Governo Federal, mas como coloca Minuchin (1999, p.10):

Os serviços para as famílias pobres são amplamente disponíveis e quase sempre bem intencionados, mas muitas vezes falhos. Como os serviços são em geral fragmentados e não coordenados, acabam menos eficazes do que poderiam ser; pelo fato de estarem concentrados nas pessoas e nos problemas individuais, não penetram nas possibilidades de cura existentes.

Desde a sua implantação há 11 anos, a Política de Assistência Social vem construindo avanços significativos, embora longe de alcançar o patamar desejável de sua efetivação.

São vários os fatores que impedem o avanço desta política. A começar pelo entrave já mencionado da política econômica adotada no país com características neoliberais, onde o Estado repassa a sociedade às funções que seriam suas.

Pastorini (1998, p.213) ao abordar o programa de enfrentamento a pobreza do governo de Fernando Henrique Cardoso, coloca que foram adotados medidas regressivas que acabam por desviar o foco de política social como direito social. Assim a autora relaciona algumas destas ações transcritas abaixo:

- programas focalizados para não aptos para o trabalho;
- critérios de elegibilidade rígidos e perversos (idade mínima e máxima, renda familiar per capita, número de filhos, lugar de residência, frequência na escola ou nos grupos sócio-educativos etc);
- os programas são orientados pelo princípio de elegibilidade;
- os destinatários são pensados como sujeitos desamparados e não como sujeitos de direito;
- não prevêem riscos futuros, são ações emergenciais para atender necessidades biológicas;
- desresponsabilidade do estado, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil (família e comunidade local);
- reforço da solidariedade primária e do voluntariado;
- programas sociais como substitutos do trabalho e não como complemento;

Pereira (2002, p.26) também chama a atenção para o artigo da LOAS que fala de mínimos sociais como provisão para suprir as necessidades básicas da população.

Segundo a autora, são conceitos distintos, tendo o primeiro a conotação de menor, ou seja, desproteção social. Já o segundo significa algo fundamental, constituindo o pré-requisito necessário para o exercício da cidadania. Sugere então que o conceito de provisão e de necessidades sejam conceitos correlatos, achando adequado o uso do básico para definir a provisão social.

Alguns programas e projetos executados pela Assistência Social permanecem com traços tradicionalistas, de caráter emergencial, com forte vínculo institucional e com direcionamento apenas a segmentos mais vulneráveis da sociedade e ainda com vários projetos centralizados no Governo Federal, como é o caso dos Programas de transferência de renda (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Sentinela, Bolsa escola, vale gás, etc).

O Benefício de Prestação Continuada que garante um salário mínimo a idosos e portadores de necessidades especiais que não possuem meios para prover seu sustento e nem tê-lo providos por seus familiares, está previsto na Constituição Federal de 1988, bem como na LOAS, vigora com um texto excludente, restrito aquela parcela da população quase indigente cuja família deverá comprovar renda per capita de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, sendo que o requerente deva apresentar incapacidade para o trabalho e para vida independente, para o portador de deficiência e para os idosos a partir de 65 anos.

Outros benefícios como auxílio natalidade e funeral são praticamente inexistentes na maioria dos municípios brasileiros.

Outro problema que não foi solucionado ainda, diz respeito ao financiamento da Política de Assistência Social, que não possui um valor fixo de repasse para os fundos. É preciso negociar valores para garantir a execução das ações assistenciais. Por outro lado, a

política de Assistência Social sofre com os cortes orçamentários nas medidas de ajustes fiscais. Ficam assim comprometidas à implementação das ações sociais. Saúde, Assistência Social e Previdência segundo a Lei Magna deveriam ser ações integradas, o que não acontece.

A crise do Estado de Bem-estar Social, como é de domínio comum, implica na redução do papel do Estado no âmbito da proteção social, havendo significativa contenção dos recursos destinados à garantia dos direitos sociais, especialmente de Seguridade Social. (MIOTO, 2002, p. 52).

Como podemos perceber a Assistência Social ainda necessita galgar alguns degraus para atingir o padrão sonhado por aqueles que lutaram para incluí-la como política pública e que almejam vê-la como uma política de acesso universal e garantidora de direitos sociais e cidadania.

O primeiro passo está sendo dado com a consolidação de um Sistema Único de Assistência Social que segundo Martins e Paiva (2003) visam à reestruturação orgânica da Assistência Social ampliando e ressignificando o atual Sistema Descentralizado e Participativo.

2.6.1 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em perspectiva

Em 2004, nasce uma nova discussão sobre a Política Nacional de Assistência Social, uma proposta de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), buscando a unificação da rede de assistência social em todo país, tendo como foco a família e a territorialidade.

O SUAS é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgão e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. (BRASIL. Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2003).

O SUAS tem por finalidade implantar um sistema nacional, garantindo operacionalidade ao gasto público social, atendendo as necessidades sociais e coletivas e demandas individuais, fazendo com que a população tenha acesso a rede de serviços sociais e aos direitos sociais.

A política de Assistência Social deve estar organizada de forma que a articulação e a compatibilização das ações sejam de acordo com as necessidades sociais e os recursos existentes, visando o crescimento progressivo dos benefícios, programas sociais, de rede de serviços e projetos de enfrentamento a pobreza.

Além disto, está previsto a organização de uma rede única e nacional de serviços sócio-assistenciais. Deverá ser organizada por nível de complexidade, pela distribuição territorial, pela abrangência e pela especialização do atendimento, garantindo a hierarquização dos serviços por nível de complexidade, distribuídos pelos entes federativos conforme a caracterização do atendimento e das demandas e a distribuição na participação do financiamento, tendo em vista os recursos necessários para sua execução.

Baixa complexidade – para todas as famílias e indivíduos de um determinado território. Tem por objetivo: a prevenção, fortalecer os processos de socialização primária, de expansão de autonomia. Corresponde os serviços de convivência, socialização, atendimento e orientação para as famílias.

Média Complexidade - Serviços especializados de orientação sócio-familiar, para provimento de benefícios, serviços, programas e projetos. Atendimentos psicossociais para família e atendimento a população mais vulnerável. Atendimento a família com problemas de subsistência, cuidados no domicílio.

Alta complexidade - Ações mais complexas como o abrigo para idoso e pessoas portadoras de deficiência, além da abordagem de rua, estruturas que requerem abrigos temporários ou permanentes.

Após uma explanação sobre a questão social e Assistência Social no Brasil iremos fazer um recorte destes temas no município de Florianópolis que será abordado no capítulo a seguir.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

3.1 O município de Florianópolis frente à questão social: breve reflexão

O município de Florianópolis é considerado como um município de grande porte, segundo dados gerais da Política Nacional de Assistência Social, pois têm uma população segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de aproximadamente 352.000 habitantes (IBGE, 2000).

Apresenta ao longo dos anos um processo de urbanização e aumento de população que vem causando impactos visíveis no campo social e ambiental: há um processo de ocupação territorial irregular, em áreas de preservação permanente, encostas, morros, mangues, dunas, entre outros, onde as pessoas vivem de forma insalubre sem acesso a serviços básicos como águas e luzes.

Isto trás conseqüentemente problemas sociais como: precariedade de moradias e de condições de vida, pois não existe nestes locais infra-estrutura adequada.

A dinâmica populacional é um importante indicador para a política de Assistência Social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização, especialmente nos municípios de médio, grande porte e as metrópoles. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, 2004, p.12).

As políticas sociais de educação, saúde, assistência social entre outras não conseguem suprir a demanda desta população em situação de risco e vulnerabilidade.

O município de Florianópolis possui características que devem ser consideradas. Parte do seu território é insular, daí a importância de um planejamento que não afete sua principal fonte de renda: a natureza, que alavanca o mercado do turismo e conseqüentemente os demais

setores da economia. É a sede administrativa do estado de Santa Catarina e possui vários serviços de referência do Estado, principalmente na área da saúde e educação.

Todos estes fatores atraem um considerável número de pessoas que buscam qualidade de vida e que vêem no município uma oportunidade para melhorar sua condição.

Parcelas desta população que vem em busca de melhores condições de vida, não tem encontrado condições trabalho para seu sustento e de sua família, que segundo Moraes (2000, p. 12) “transforma-os em indivíduos marginalizados no contexto urbano e segregados na distribuição espacial e habitacional”. Em um contexto propício de favelização, marginalização desencadeada pela falta de moradia, desemprego, aumento crescente da pobreza, os problemas sociais se agravam refletindo na dinâmica familiar.

/ Desta forma é imprescindível que o Estado atue para amenizar o impacto destas transformações na vida das pessoas através de políticas sociais que possam propiciar uma melhor condição de vida a população.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis como órgão Público Municipal é responsável pela organização e/ou realização de todos os serviços públicos de interesse local.

Sendo assim, sua missão é “promover o bem-estar dos munícipes, visando o desenvolvimento sustentado em prol da qualidade de vida e cidadania das pessoas através de ações em parceria com a Sociedade” (PPA entre 2002 e 2005).

Os municípios até a Constituição Federal de 1988, eram parte do território nacional onde se executavam as políticas impostas pelo Governo Federal.

A partir de então, passaram a ser reconhecidos como entes federativos e ter a função de dividir responsabilidades de gestão com as outras esferas de governo federal e estadual.

O artigo 8º da LOAS estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fixarão suas respectivas políticas de Assistência Social com base no que preconiza a lei”.

A Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS¹), criada no ano de 2001, representa o Comando Único das ações de Assistência Social do município de Florianópolis. A estrutura é dividida em três Gerências: Assistência Social, Trabalho e Renda e Habitação, onde será dada ênfase ao trabalho desenvolvido pela Assistência Social.

Gerência de Assistência Social - Tem como missão “prestar assistência à população, através de ações continuadas e integradas, que promovam processos de inclusão social, visando à melhoria da qualidade de vida”.

Está subdividida em três gerências: Gerência de Atenção: a Sócio-Educativa, de Proteção Social e da Família.

- **Gerência de Atenção de Proteção Social:** compreende o Programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade, Casa de Passagem, Projeto Mel, Abordagem de Rua, e Núcleo de Apoio à Família (NAF Rodoviário). Estão em processo de implantação os projetos de Casa de Apoio Social a Moradores de Rua e Mulheres vítimas de violência.

- **Gerência de Atenção Sócio - Educativa:** Centros da juventude, Rede Pró-Criança (Centro de Referência), Casa da liberdade, Guias Mirins, Programa de Atenção a Terceira idade (PROATI), Projeto Renda Extra do Idoso, Brinquedoteca, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Centro de Educação Complementar, Agente Jovem.

- **Gerência de Atenção e Orientação a Família:** Programa de Atenção e Apoio Sócio familiar, Cadastro Único, Projeto Sócio Emergencial e Renda Mínima.

Esta Secretaria ainda conta com projetos de execução indireta como Florir Floripa, Geração de Renda para as famílias do PETI, Orquestra Sinfônica nas Comunidades e as parcerias com a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV).

¹ A SMHTDS passou a se chamar Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS) a partir da nova gestão que assumiu a Prefeitura em janeiro de 2005.

Assim sendo, o município se torna peça chave para a implantação da Política Nacional de Assistência Social, pois é entre as esferas a que está mais próxima da realidade.

É no município que o usuário tem o primeiro contato com a Assistência Social. Daí a responsabilidade do profissional de Serviço Social em utilizar dos seus conhecimentos para imprimir através de seu processo de intervenção, segundo Lima apud Miotto (2004, p.3) “subsídios e legitimidade à formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de direitos sociais”.

3.2 O Serviço Social da prefeitura municipal de Florianópolis

Quando se resgata o histórico do Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis, percebe-se que este reproduz o modelo adotado nacionalmente. Os programas sociais eram centralizados no Governo Federal para aplicação e reprodução nos estados e municípios. Ações pontuais, assistencialistas, executadas por instituições públicas ou filantrópicas, que objetivava atender a população com serviços básicos sempre voltado a população pauperizada.

Até 1969 a Prefeitura Municipal de Florianópolis, distribuía os recursos destinados à ação social em diversos setores e secretarias, adotando técnicas diferenciadas de acesso da população aos benefícios, de acordo com a natureza das necessidades (saúde, educação, etc).

A partir de 20/11/1969, através de decreto, foi criado a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SEAS), onde havia um setor específico para cuidar das demandas e organização dos serviços sociais, atendendo os servidores e a população carente do município nas suas necessidades fundamentais.

Na metade da década de 1980, a SEAS se desmembrou em duas secretarias: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. Assim o Departamento de Desenvolvimento Social foi trilhando seu caminho, elaborando propostas para a criação de uma secretaria própria.

Quando foi promulgada a Constituição de 1988 e posteriormente a regulamentação da LOAS, a Assistência Social passa a ser considerada Política Pública, o que alterou o organograma da Prefeitura Municipal de Florianópolis que passou a desenvolver um trabalho mais específico de Assistência Social, embora ainda vinculado a Secretaria da Saúde.

Foi criado o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), um pouco tardio, em 1996, três anos após LOAS.

Apesar dos avanços contidos na Política de Assistência Social a partir de 1988, os municípios brasileiros demoraram a adequar suas estruturas institucionais.

3.3 O Projeto Sócio-Emergencial da prefeitura municipal de Florianópolis

O Projeto Sócio-emergencial tem por objetivo, segundo o PPA (entre 2002 e 2005) “proporcionar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social o acesso aos benefícios e serviços básicos de Assistência Social e facilitar o acesso à informação e/ou auxílios, ajudando as famílias a superarem dificuldades e necessidades imediatas”.

Este serviço é oferecido à população desde 1974, quando a Assistência Social ainda era agregada a outras Secretarias.

Atende os munícipes de Florianópolis que se encontra em situação de vulnerabilidade, termo utilizado para “designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantias de seus direitos de cidadania” (MIOTO, 2000 p.217).

O Projeto, segundo folder de divulgação (2005) oferece serviços como:

- Orientações em relação aos direitos sociais;
- Encaminhamentos aos serviços sociais existentes na rede social do município;
- Concessão de benefícios como cesta básica; auxílio transporte para tratamento de saúde (quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, DST/HIV, psiquiatria e tratamento fisioterápico para crianças e adolescentes, fralda geriátrica e infantil, óculos;
- auxílio funeral;

Além destes serviços, os profissionais de Serviço Social deste setor realizam Estudos Sociais e Estudos sócio-econômicos solicitados por outros órgãos públicos, como também orientações e encaminhamentos a rede social do município.

O setor é procurado pela população de forma espontânea ou através de encaminhamentos dos serviços públicos municipais (Secretarias, Programas e Projetos da Prefeitura), estaduais (Secretarias, Hospitais e Fundações) e federais (Poder Judiciário), organizações não governamentais, Associações de Bairro e outros.

Dentro da descentralização a das políticas sociais está à responsabilidade de cada município em arcar com suas responsabilidades dando a contrapartida dos recursos para melhorar ou ampliar os serviços sociais no município.

Devido ao aumento constante da demanda, desproporcional aos recursos disponíveis para a concessão de benefícios, o Projeto possui critérios de elegibilidade para a concessão destes, o que é contrário ao que preconiza a LOAS.

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a status de Política Pública, regulamentada pela LOAS (Lei 8.147/93) sendo um direito do cidadão e dever do Estado prover o serviço a quem dele precisar.

O Projeto Sócio-emergencial tem suas ações voltadas a atender, em caráter emergencial, os segmentos mais pobres da população com auxílios materiais, principalmente de natureza

sócio-econômica, tendo suas características voltadas a ações sócio-assistenciais que para Lima apud MIOTO (2004, p.63):

São intervenções orientadas para a intervenção direta com os usuários, especialmente com famílias e segmentos vulneráveis, privilegiando o contexto institucional e o processo interventivo se realiza a partir de demandas singulares. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas nas perspectivas da cidadania e de direitos.

Ainda para a autora estas ações apresentam categorias onde no Projeto sócio emergencial se destaca as ações sócio-emergenciais e sócio-educativas.

As ações sócio-emergenciais caracterizada pela concessão de benefícios são direcionadas a população mais carente, sem romper com a condição de subalternidade e promover uma perspectiva de cidadania.

Segundo MESTRINER (2001, p.17) “é uma política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações”. Ainda a autora critica esta ação, colocando que:

(...) estas ações desconhece que sua população alvo não é minoria, mas a grande massa populacional de excluídos – nos quais se incluem segmentos do próprio mercado formal hoje tão empobrecidos – [se] voltando a pequenas parcelas de indivíduos, de forma temporária ou emergencial, [usando] da focalização nas piores situações, o seu comportamento usual. (MESTRINER, 2001, p.17).

As ações do Projeto também refletem a histórica forma de intervenção social, caracterizada pela focalização e fragmentação da ação que não tem maiores impactos sobre a realidade social das famílias. Segundo Yasbeck (1993, p. 83) esta população,

É marcada por um conjunto de carências, muitas vezes desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, [e] buscam, na prestação de serviços sociais públicos, alternativas para sobreviver.

Sposati et al (1995, p. 56) critica esta forma de ação assistencial, colocando que:

O assistente social ao agir como intermediador direto do serviço, este reproduz a tutela: o assistencialismo. Para a autora a ação só é profissional quando o aconselhamento, a reflexão e os conteúdos ideológicos e educativos forem preponderantes. Hierarquiza-se a ação educativa frente ao serviço concreto.

A assistência é vista por Sposati et al (1995, p.67) “como necessária por alguns, mas vazia de “conseqüências transformadoras”, sua operação é revestida de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais”.

Em contra partida, os profissionais deste setor também executam ações de cunho educativo como as orientações e/ou encaminhamentos que segundo Avritzer (2004.p.02), “é entendida como um processo político-pedagógico, que tem como premissa alguns princípios éticos-pedagógicos baseados no protagonismo dos cidadãos e na construção de sua autonomia e emancipação”.

Oliveira (1996), parafraseando Sposati (1987, p.12) coloca que “o horizonte de alguns serviços considerados de assistência social é o de fazer seu usuário deixar de ser usuário”.

Entendendo que o Projeto oferece dados importantes para a implementação de políticas e avaliações dos serviços existentes no município, durante o estágio realizado neste setor no período de quase três anos (entre estágio extra-curricular e estágio obrigatório), desenvolvemos uma pesquisa do perfil do usuário por acreditar que devemos conhecer a realidade e as demandas trazidas por ele para aprimorar o atendimento no Projeto. Esta pesquisa e seus resultados analisados serem apresentados no item a seguir.

4 IDENTIFICANDO O USUÁRIO, AS DEMANDAS DO PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

4.1 Percurso metodológico

Este capítulo é a apresentação de duas pesquisas, que trará dados quantitativos e qualitativos do perfil e da demanda dos usuários do Projeto Sócio-emergencial.

A primeira pesquisa foi realizada no período de julho a dezembro de 2005, quando da realização do estágio obrigatório. Neste período foi realizado atendimento interventivo direto com o usuário e com as demandas que este trazia, onde foram utilizados na abordagem os aparatos técnico-metodológicos inerentes à práxis do assistente social.

Conhecer o sujeito com o qual trabalhamos para melhorar o atendimento a suas demandas com vistas à implementação de políticas públicas foi o objetivo desta pesquisa que utilizou as seguintes técnicas:

A pesquisa é de caráter descritivo que segundo Gil (1995, p. 45) “tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O autor complementa que este tipo de pesquisa faz a utilização de técnicas padronizadas e geralmente descrevem características de um grupo usando categorias como idade, nível de escolaridade, etc. “Algumas pesquisas descritivas, vão além da simples identificação da existência de relações das variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”.

Possui características também explicativas, visto que cada elemento é analisado. Gil (1995, p.46) coloca que “uma pesquisa explicativa pode ser a constituição de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que esteja suficientemente descrito e detalhado”.

O ato de investigar um determinado objeto com finalidade de construir conhecimento, compreender a realidade na sua complexidade, requer do pesquisador não só a construção de um instrumental que dê condições para a visibilidade das diferentes facetas do objeto e permita a apreensão da sua realidade na sua manifestação real, mas também que a postura metodológica empregada dentro da flexibilidade possível viabilize, (...) a construção do conhecimento, o desenvolvimento criativo do homem e a clarificação dos novos significados atribuídos ao objeto a partir das suas experiências. (SETÚBAL, 1995, p.56)

Para delinear a pesquisa foi realizado um levantamento documental que consiste na exploração das fontes documentais; estudos bibliográficos que permite o investigador ter acesso a um número maior de fenômenos do que aquele que está sendo pesquisado, através de diversos autores e de observação participante onde Minayo (2002, p.59) diz que “se realiza com o contato direto do pesquisador com o fenômeno pesquisado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” para levantamento dos dados apresentados.

A pesquisa que descreve o perfil do usuário do projeto levanta categorias que para Minayo (2002, p. 70) “em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que relacionam entre si” como idade, sexo, escolaridade, composição familiar, renda familiar e situação do provedor do domicílio no mercado de trabalho.

Para esta pesquisa foi utilizada a técnica de amostragem por acessibilidade onde Gil (1995, p. 97) define que:

O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo, aplica-se este tipo em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Para a primeira pesquisa, foi utilizado como referência, o mês de abril de 2004, mês em que efetivamente foi iniciada a concessão dos benefícios após o período de licitação. Num universo de 820 usuários, foi retirada uma amostra de 10% totalizando 82 usuários

pesquisados no banco de dados cujo modelo apresenta-se em anexo (ANEXO A, p.85) do Projeto Sócio - emergencial.

No período em que foi realizado a primeira pesquisa a intenção era delinear o perfil do usuário.

A permanência no Projeto durante mais um ano como estagiária, e a constatação de que as demandas trazidas por estes nas entrevistas, nos telefonemas, nos contatos e encaminhamentos internos entre o Projeto e outros programas da Prefeitura, entre outras instituições, não eram mensuradas, e entendendo que seria um dado importante para agregar ao perfil do usuário foi realizada esta 2ª pesquisa.

Foi confeccionado um relatório diário (ANEXO B, p.86) onde cada assistente social e estagiárias do Projeto estariam anotando os atendimentos com relação a orientações, encaminhamentos, contatos com instituições e programas, visitas domiciliares, estudo sócio-econômico e outros.

Esta 2ª pesquisa será apresentada de forma qualitativa e quantitativa, utilizando a consulta em documentos do Projeto.

Ao fazer o levantamento de referências gerais sobre a situação sócio-econômica e das demandas do usuário deste Projeto, pretende-se obter dados informativos para subsidiar a implementação de políticas e da intervenção do assistente social.

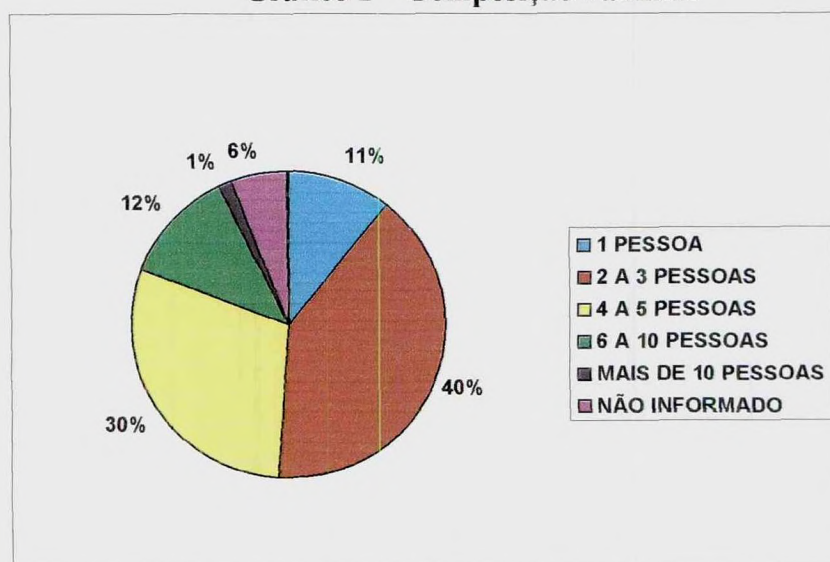
4.2 O perfil do usuário do Projeto Sócio-Emergencial

As figuras que serão apresentadas e analisadas a seguir fazem parte da pesquisa do perfil do usuário do Projeto Sócio-Emergencial levantando variáveis como composição familiar, situação do provedor no mercado de trabalho, renda familiar, moradia, escolaridade, sexo.

4.2.1 Composição familiar

Entre os cadastros consultados, 40% apresentaram uma composição de 1 a 3 pessoas (40%), outras 30% registraram uma composição de 4 a 5 pessoas, 12% eram famílias com 6 a 10 pessoas, ainda registrando um percentual pequeno de famílias extensas (1%) e alguns cadastros que não possuíam informações a este respeito (6%).

Gráfico 1 – Composição Familiar



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

Em relação ao percentual de famílias com um pequeno número de integrantes, utilizando o conhecimento empírico, observa-se acentuada incidência de casos de mulheres que se separam e formam famílias monoparentais, onde executam os papéis de provedora e chefe do lar.

Alguns fatores têm influenciado na diminuição da composição familiar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1999 constata uma diminuição no índice de fecundidade da mulher nos últimos 30 anos, que passou de 5,8 filhos em 1970 para 2,3 filhos em 1999. Somado a isto, o ingresso da mulher no mercado de trabalho principalmente na década de 1970, mudanças de valores culturais, o empobrecimento cada

vez mais crescente da população, também tem contribuído para este processo de modificação da composição familiar.

Por outro lado, registramos famílias formadas por laços consangüíneos, pessoas que abrigam parentes que encontram-se em dificuldades financeiras ou estão com problemas de saúde.

A concepção de família utilizada pelo Projeto é baseada em um conceito ampliado, que segundo Miotto (1998, p.21) “é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos”. E ainda “é marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.

Na figura é possível perceber que o tamanho das famílias que recorrem ao Projeto sócio-emergencial reflete as transformações que vem ocorrendo na sociedade.

Miotto (2000, p.218) chama a atenção para estas transformações, que sofrem influências diretas da política econômica, das relações de trabalho com base nos autores Goldani, 1994 e Pereira, 1995:

Ocorreram mudanças radicais na organização das famílias, dentre as quais se observam, por um lado, processos de empobrecimentos acelerado e (des) territorialização gerada pelos movimentos migratórios, (...) um enxugamento do grupo familiar (família menor), um aumento das variedades de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas). (MIOTTO, 2000, p.218).

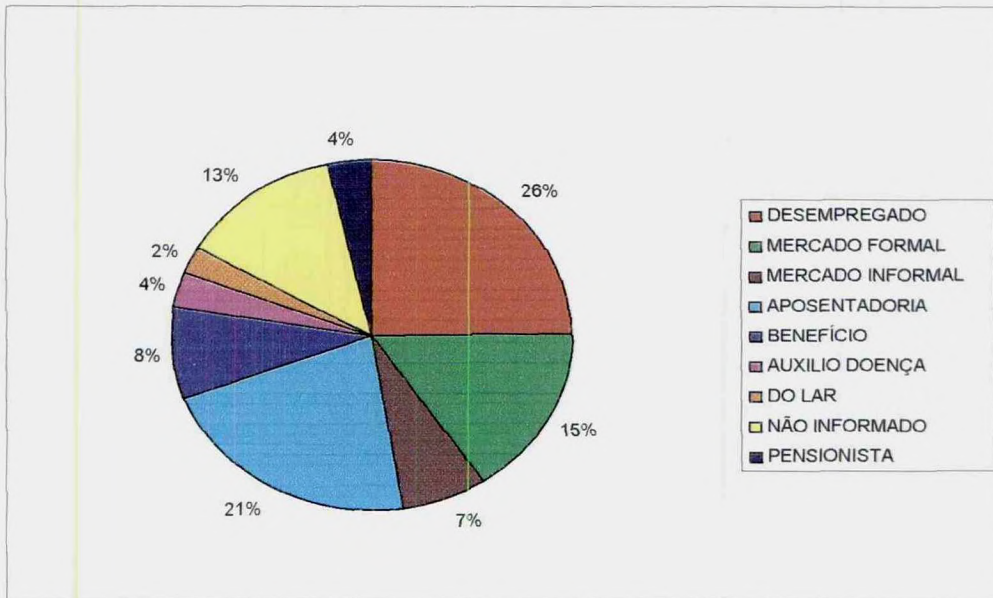
4.2.2 Situação do provedor no mercado de trabalho

Outra variável apontada pela pesquisa é a situação do provedor da residência no mercado de trabalho.

A maior incidência de usuários que procura o Projeto Sócio-Emergencial são de desempregados (26%), seguido de aposentados (21%), pessoas com empregos formais (15%),

famílias que sobrevivem com Benefício de Prestação Continuada (BPC) totalizando 8%, vivendo do mercado informal 7%. Com índices inferiores estão os pensionistas (4%), do lar (2%) e auxílio doença (4%), e um número expressivo de cadastros sem esta informação (13%) como é possível perceber na figura abaixo:

Gráfico 2 - Provedor do domicílio no mercado de trabalho



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

O desemprego é uma realidade mundial. A globalização e a tecnologia exigem profissionais cada vez mais capacitados, e na contramão deste desenvolvimento tecnológico aparecem vários fatores que impedem o acesso às vagas disponíveis no mercado.

O que é possível observar tanto nas entrevistas, quanto nos relatos descritivos constantes no cadastro, é que as pessoas desempregadas geralmente recorrem a algumas estratégias de sobrevivência.

Vários registros apontam para usuários que já trabalharam com carteira assinada e estão fora do mercado, por não encontrarem mais espaço em suas profissões. Enquanto esperam por uma recolocação no mercado de trabalho, executam “biscates” para prover seu

sustento e de seus familiares. Outros recorrem à rede familiar, voltando a morar com ou próximo aos pais, já aposentados, que os ajudam financeiramente.

Os aposentados que aparecem como o segundo índice de provedor dos domicílios, são na maioria pessoas que recebem um salário mínimo e que passa a ser única fonte de rendimento destas famílias, sendo insuficiente para cobrir os gastos para suprir suas necessidades básicas.

Apesar de parte dos usuários encontrarem-se no mercado de trabalho, a maioria não possui renda suficiente para suprir as necessidades básicas da família.

Em relação ao mercado formal, Florianópolis apresenta, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2004), o seguinte quadro de contratações e desligamentos de 20 ocupações com mais saldo em todos os setores, a maioria com baixos salários:

Quadro de Contratações e desligamento – janeiro a janeiro de 2004

Meses: Jan de 2004 a Jan de 2004		Admissões	Desligamentos	Saldo
CBO				
513405	Garçom	313	159	154
514225	Trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e logradouros	187	78	109
513205	Cozinheiro geral	271	169	102
422315	Operador de telemarketing receptivo	154	65	89
717020	Servente de obras	221	134	87
422105	Recepcionista, em geral	168	111	57
514210	Faxineiro	146	100	46
513435	Atendente de lanchonete	234	189	45
513315	Camareiro de hotel	139	96	43
513425	Copeiro	110	67	43
517330	Vigilante	75	32	43
352210	Agente de saúde pública	39	0	39
631205	Pescador industrial	38	14	24
411010	Assistente administrativo	86	63	23
783205	Carregador (aeronaves)	24	2	22 ¹
715210	Pedreiro	66	47	19

² O levantamento feito pelo banco de dados do RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) faz um levantamento do perfil do trabalho formal, e apesar de não levantar índices de desemprego, traz um perfil geográfico, setorial e de características pessoais (idade, escolaridade, sexo, etc.) dos estatutários e assalariados com carteira assinada. Estes dados auxiliam os gestores de políticas públicas a delinear suas estratégias de ações na política de emprego e que embora não sejam demonstrados nesta pesquisa, são dados importantes para implementação de políticas de geração de renda.

371410 Recreador	22	3	19
517420 Vigia	48	31	17
514215 Gari	19	2	17
524105 Vendedor em domicilio	25	9	16

Fonte: www.caged.gov.br

Na maioria dos casos, são remunerações baixas, de até 3 salários, comprometida com gastos de alimentação, medicamentos, transporte, sendo registrado outras famílias que dependem de aluguel. Isso demonstra que mesmo formalizado, o usuário não consegue suprir suas necessidades básicas, informações que são importantes para delinear as ações sociais necessárias para o enfrentamento da pobreza que atinge também o trabalhador formal³.

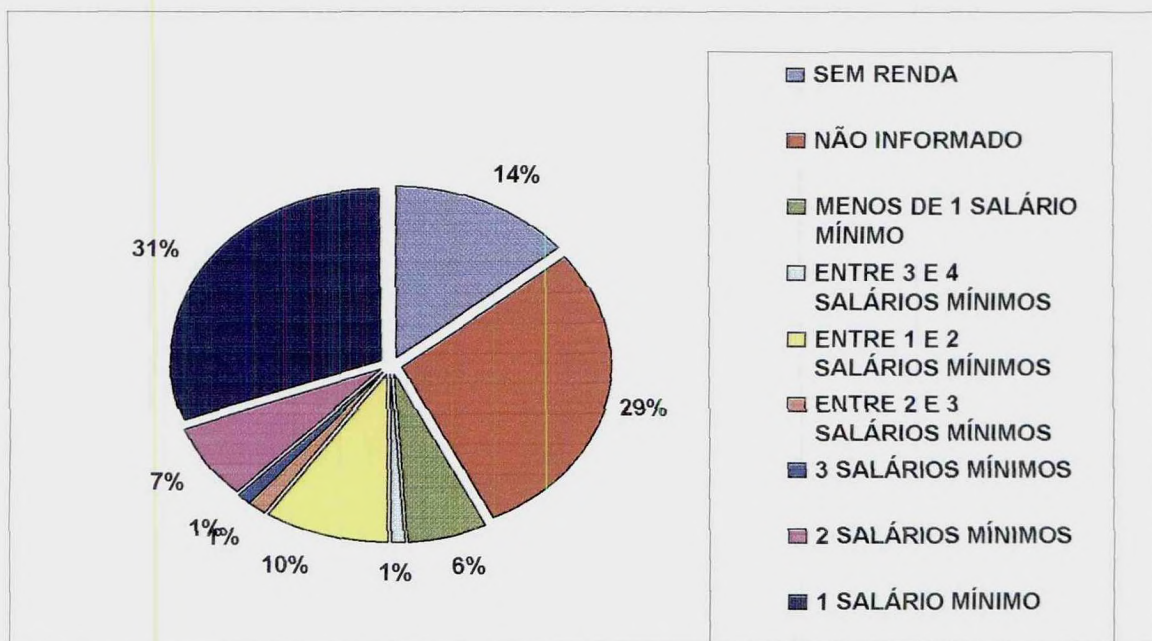
É importante salientar que muitos cadastros consultados (19%) não apresentavam menção a respeito do provedor o que acabou prejudicando o levantamento desta categoria.

4.2.3 Renda familiar

Grande parte dos usuários pesquisados apresentaram renda de um salário mínimo (31%), registra-se aqui uma parcela considerável de idosos atendidos no projeto que na condição de aposentados recebem esta quantia e com esta renda sustentam a si e sua família.

Um percentual de cadastros não possuía informações sobre a renda familiar (29%) e outros 14% declaravam não possuir nenhum tipo de renda. 10% apresentaram renda até dois salários mínimos.

Gráfico 3 – Renda Familiar



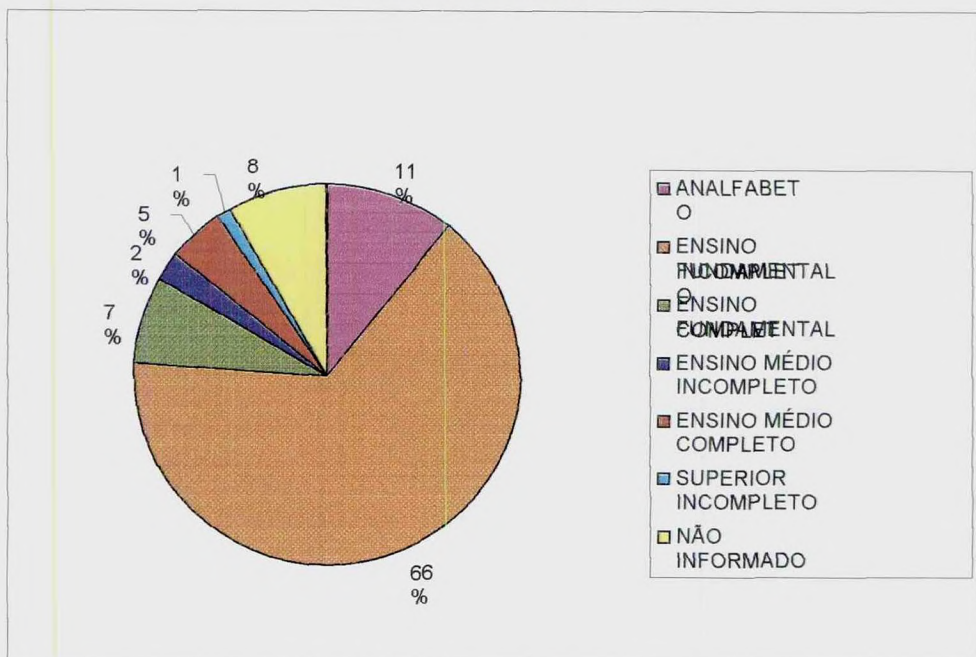
Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

Além da renda, algumas destas famílias estão inseridas em Programas de transferência de renda como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa escola, Agente Jovem, que transfere as famílias uma quantia em dinheiro (sempre inferior ao salário mínimo) como enfrentamento a pobreza e questões como o trabalho infantil. São programas que apresentam significativos critérios de elegibilidade e torna-se apenas “ajudas” devido o baixo valor repassado.

4.2.4 Escolaridade dos usuários atendidos no Projeto Sócio-Emergencial

Outra variável a ser analisada é quanto à escolaridade dos usuários do Projeto sócio-emergencial. Este dado influencia diretamente na questão do trabalho, visto que, a cada dia, exige-se uma media alta de escolaridade.

Gráfico 4 - Escolaridade



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

Uma significativa parcela dos usuários do Projeto possui o ensino fundamental incompleto (66%), seguido de analfabetos (11%) e ensino fundamental completo (7%).

Este fator interfere diretamente nos gráficos acima de renda familiar e na situação do provedor no mercado do trabalho.

Os levantamentos feitos pelo CAGED em 2002, colocam que o mercado apresenta um declive de contratações de pessoas com baixa escolaridade, e um aumento na contratação de pessoas com ensino fundamental e médio completo.

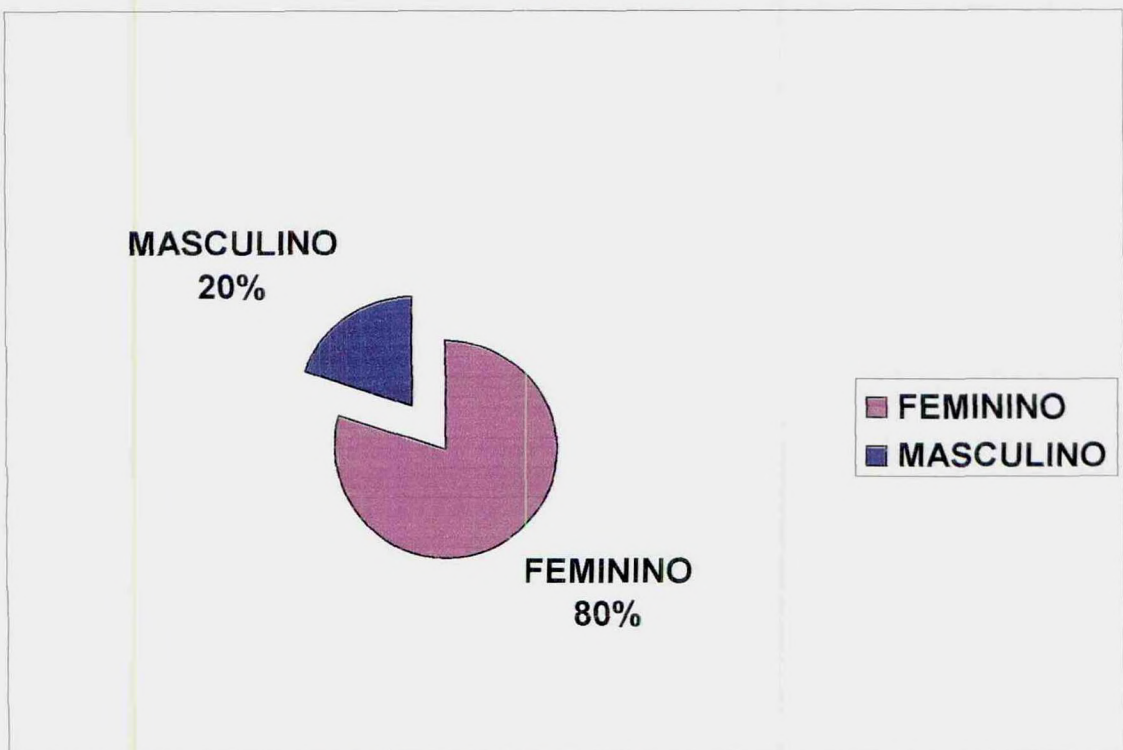
Em outros termos, segundo os dados do CAGED parece claro que as menores faixas de escolaridade vêm perdendo peso dentro do segmento formal do mercado de trabalho. Esse fato pode ser explicado tanto sob a ótica da oferta (crescente escolarização da força de trabalho fato que implica em substituições de mão-de-obra por indivíduos com maior escolaridade) ou da demanda (as firmas requerem, por imperativos tecnológicos, uma força de trabalho mais instruída). (CAGED. Disponível em: <[http://. www.caged.gov.br](http://www.caged.gov.br)>)

A educação é um fator primordial na educação do ser humano, não só com relação ao seu futuro no mercado de trabalho, mas também na sua formação como cidadão.

4.2.5 Sexo

O Projeto apresenta uma demanda quase maciça do público feminino na procura dos serviços sociais apresentando 80% de procura contra 20% de homens. Em levantamento recente realizado por Moreira (2004) no Projeto Sócio-Emergencial direcionado a questão de gênero, foi realizado o levantamento da “feminização da pobreza”, a autora chegou à conclusão em seus estudos que a usuária que busca o projeto sócio-emergencial é na maioria separada, com idade entre 18 a 85 anos, possui de 1 a 3 filhos, trabalham em sua maioria no mercado informal, com renda que varia entre menos de 1 e um salário mínimo, e que geralmente são atendidas em outros programas da Prefeitura.

Gráfico 5 - Sexo



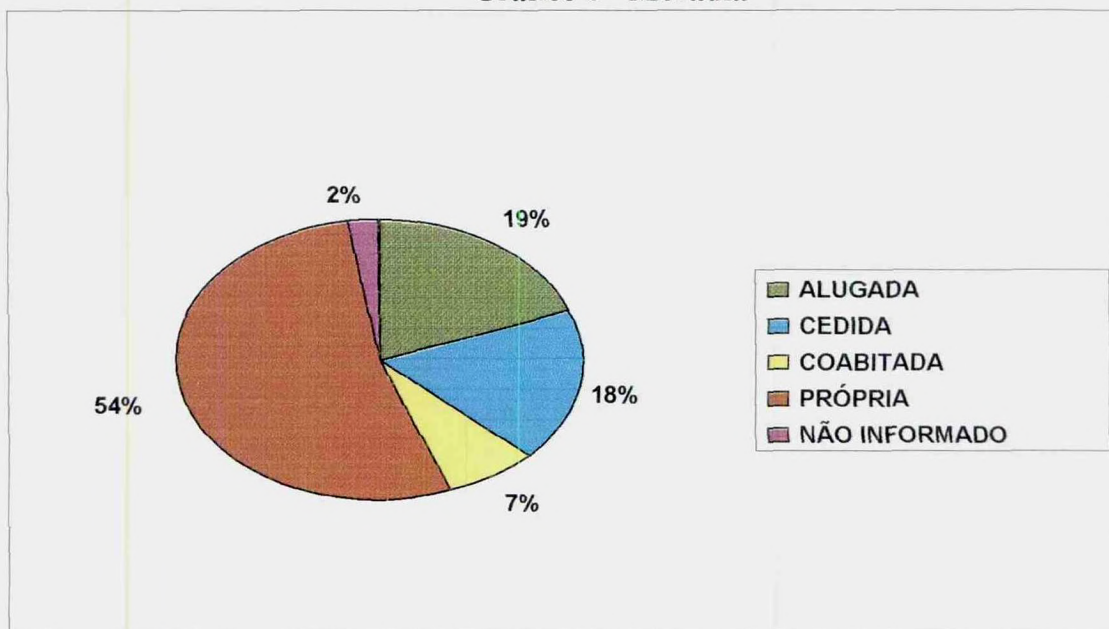
Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

O registro de mulheres que procuram os serviços sociais também reflete uma mudança na composição familiar que vem se acentuando nos últimos anos na sociedade brasileira: a mulher como chefe de família.

4.2.6 Moradia

A maioria dos usuários do Projeto Sócio-Emergencial apresentam casa própria totalizando um índice de 54%, seguido de 19% dos que moram em domicílios alugados, 18% em moradias cedidas, 7% em coabitação, ou seja, mais de uma família dividindo o mesmo domicílio e 2% não informado.

Gráfico 6 - Moradia



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

O que convém ressaltar é que geralmente estes domicílios de famílias empobrecidas estão localizados em encostas de morros, áreas de risco, ou em áreas de preservação

permanente (dunas e manguezais), que além de proporcionar uma condição de moradia precária e insalubre, tem um impacto devastador no meio ambiente.

Outras famílias residem em projetos habitacionais populares, imóveis pequenos, em geral distantes do centro, em locais com pouca infra-estrutura para receber esta população que foram deslocadas de outras áreas, tendo como agravantes as poucas opções de trabalho, transportes mais caro, saneamento básico insuficiente, além de problemas com vagas de creche, escolas e outros.

Citamos como exemplo a Vila União, a Vila Cachoeira, e também no continente, os conjuntos de apartamentos populares nos bairros Abraão e no Monte Cristo. Estes dados que levantam o perfil do usuário do Projeto Sócio emergencial mostram o retrato das precárias condições de moradia de parcela dos usuários do Projeto.

A importância de conhecer a realidade é poder planejar ações e construí-las com a participação da comunidade, no intuito de melhorar as condições de vida da população. Se continuarmos com políticas paliativas, emergenciais, sem proporcionar o compromisso do Estado em oferecer pelo menos o básico para a sobrevivência das famílias, só estaremos contribuindo para o agravamento de situações como estas levantadas no perfil do usuário do Projeto sócio emergencial.

4.3 Pesquisa das demandas do usuário do Projeto Sócio-Emergencial

Será apresentado a seguir o levantamento das demandas do usuário do Projeto Sócio-emergencial, realizado na continuação do estágio no Projeto, em abril de 2005, utilizando instrumentais de pesquisa documental e bibliográfica e relatório diário dos assistentes sociais. A pesquisa é quantitativa e qualitativa, e têm por objetivo mostrar a demanda total, por benefícios procurados e concedidos, oferecidos ao usuário do Projeto como cesta básica,

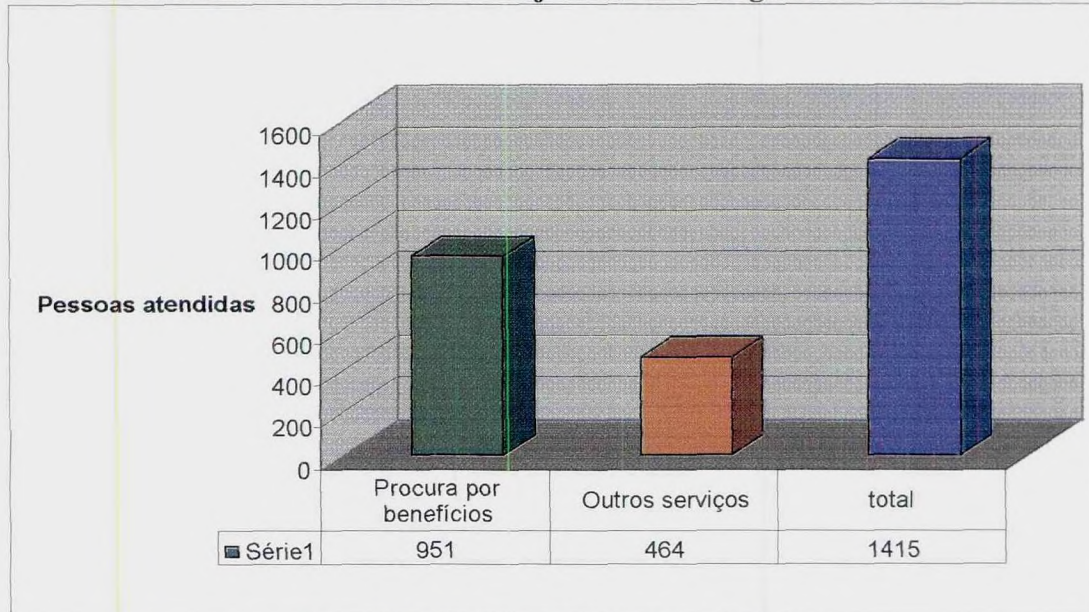
óculos, cartão tratamento de saúde, funeral, fraldas geriátricas e outros (que compreende medicamentos, auxílio moradia, exames de alto custo, assistência jurídica gratuita, documentação, etc).

4.3.1 Demanda do Projeto Sócio-Emergencial

O Projeto realiza ações assistenciais de caráter sócio-emergencial (concessão de benefícios materiais) e educativo (orientações e encaminhamentos aos serviços sociais do município).

No mês de abril de 2005, o Projeto Sócio-emergencial apresentou uma demanda de 1.415 usuários, dos quais 951 usuários procuraram por benefícios e 464 por outros serviços.

Gráfico 7 – Demanda do Projeto Sócio-emergencial - Abril de 2005



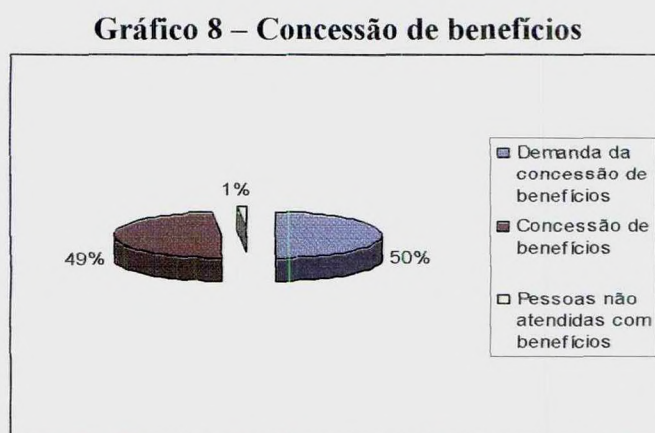
Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

Evidentemente por se tratar do Projeto que oferece concessão de benefícios, registra-se o índice maior de procura por estes serviços. Porém, é possível perceber um número significativo de usuários que buscam no Projeto outros atendimentos.

4.3.2 Concessão de benefícios

No mês de abril de 2005 foram registrados na Recepção do Projeto Sócio emergencial à demanda de 951 pessoas que buscaram o Projeto para a Concessão de benefícios.

Destas, 927 foram atendidas com benefícios.



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

Neste gráfico podemos observar que foi registrado um índice alto de concessão do benefício com relação a demanda registrada na recepção do Projeto.

Nos últimos meses, procura-se uma forma que torne possível registrar também as demandas provenientes de ligações telefônicas, tanto de usuários, como de instituições solicitando informações sobre agendamento, concessão de benefícios, documentações necessárias e outros, que mostrará a real demanda do Projeto.

O agendamento é a forma de atendimento adotada pelo projeto, que consiste na marcação por parte do usuário de um horário para atendimento com as Assistentes sociais, que poderá ser por telefone ou pessoalmente, realizado todas as sextas-feiras de cada semana, para que o usuário seja atendido com hora marcada na semana seguinte.

4.3.3 Tipos de benefícios

O Projeto Sócio-Emergencial atualmente atende a população com benefícios materiais, que são concedidos à população após avaliação da situação sócio-econômica da família, mediante critérios pré-estabelecidos pelo Projeto.

Estes benefícios consiste em auxílio alimentação com o fornecimento de cesta básica, auxílio transporte concedendo cartão somente para aqueles usuários em tratamento médico de quimioterapia, radioterapia, HIV/DST, hemodiálise, fisioterapia pós traumática, cirúrgica ou cardíaca, psiquiatria e todos os atendimentos referentes ao tratamento médico da criança e do adolescente e seu respectivo acompanhante.

As fraldas para adultos e crianças são fornecidas para aquelas famílias que possuem portadores de deficiência ou idosos com alguma patologia que necessite do uso de fraldas comprovado por atestado médico. O óculos é fornecido para famílias empobrecidas.

O auxílio funeral concedido às famílias que procuram o benefício é concedido de forma diferenciada dos demais municípios da grande Florianópolis. Através de uma parceria entre Prefeitura e funerárias, o local foi concedido para o comércio em troca do atendimento a população carente que necessitasse dos serviços funerários. As famílias procuram o setor estando dentro dos critérios recebem a autorização para ter acesso ao auxílio.

Há por parte dos usuários a procura por serviços como auxílio moradia (material de construção para reformas ou reconstrução de casas), medicamentos contínuos e que não são fornecidos pelos centros de saúde, alimentação especial, cadeiras de rodas, exames de alto custo que não são pagos pelo SUS, passagens para recambiamento de famílias, auxílio natalidade, documentos (2ª via de certidões de nascimento, casamento e óbito, CPF e carteira de registro geral, entre outros). Algumas destas demandas não são fornecidos pelo Projeto,

outros existem na rede social do município, para onde os usuários são orientados e encaminhados.

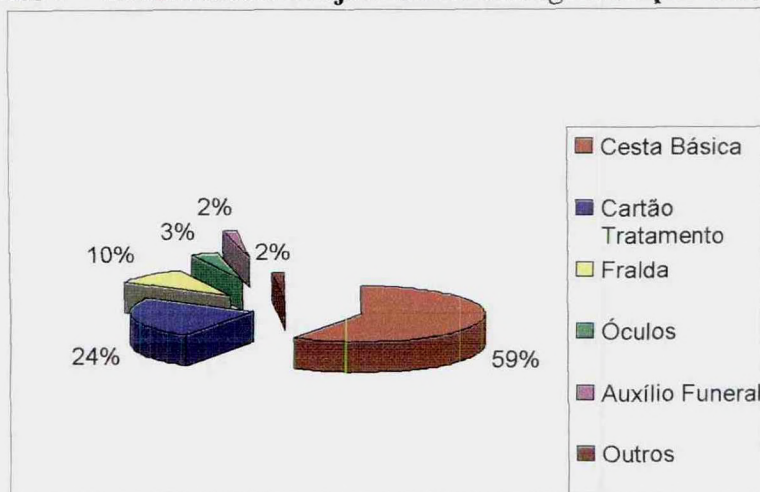
Demanda por benefício:

- Cesta básica (563);
- Cartão tratamento saúde (232);
- Fraldas (93); Óculos (35);
- Funeral (17);
- Outros (11).

OBS: Outros (auxílio moradia, medicamentos, assistência jurídica, documentos).

Como podemos constatar no gráfico abaixo, a cesta básica é o benefício mais solicitado com 59% da demanda, seguido do cartão para tratamento de saúde (24%), Fraldas (10%), óculos (3%), Funeral (2%), outros (2%). Especificando que estes dados são provenientes da recepção do projeto.

Gráfico 9 – Demanda do Projeto Sócio-emergencial por benefício



Fonte: PMF/Projeto Sócio-Emergencial - 2004.

4.3.4 Outras ações sócio-assistenciais do Projeto Sócio-Emergencial

O setor por ser a “porta de entrada” da política de Assistência Social no município, é procurado pelo usuário que busca informações sobre diversos serviços.

O quadro abaixo procura mostrar esta demanda, e através de observações feitas na pesquisa e no contato direto com o usuário, colocar as principais demandas.

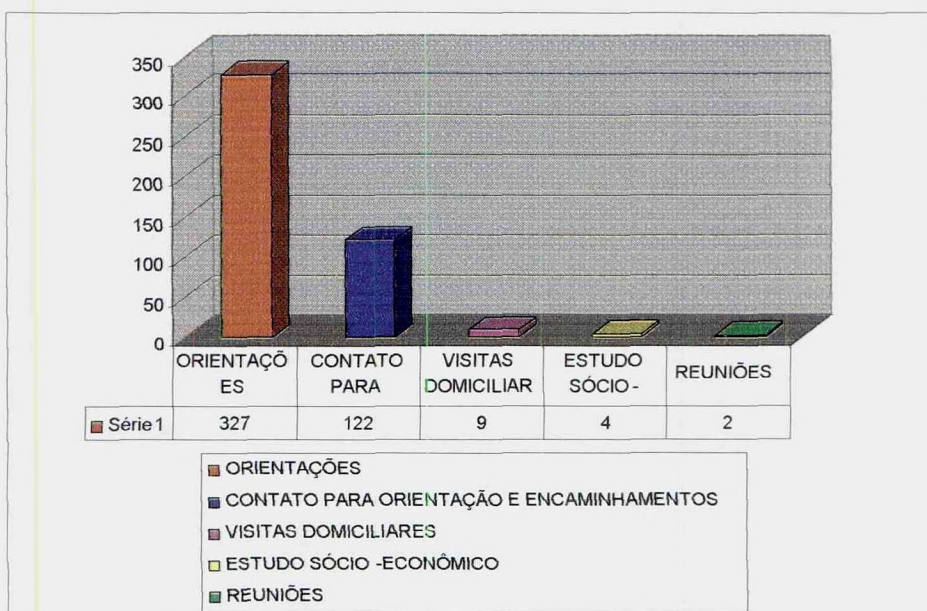
A maioria destes usuários procuram o setor em busca de informações sobre outros serviços assistências da Prefeitura, do Estado do Governo Federal ou de entidades não governamentais.

À medida que estes serviços são identificados dentro do município, o assistente social faz contato prévio para encaminhamento do usuário.

Quando surge à necessidade de verificar a situação in loco, é feita visita domiciliar. Os estudos sócio-econômico descritos são solicitados por outras instituições para que o usuário tenha acesso a algum benefício.

As reuniões são realizadas para avaliações, estudos de caso e troca de conhecimentos.

Gráfico 10 – Outras ações Sócio Assistenciais



Fonte: Relatório diário dos assistentes sociais em abril de 2005.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se conhecer a realidade dos usuários do Projeto Sócio-emergencial, através de pesquisa do perfil e demanda desta população que busca os serviços assistenciais oferecidos no projeto.

Para uma maior compreensão da situação de vulnerabilidade que se encontra esta população, foi feito um resgate histórico em duas perspectivas: a questão social e o Serviço Social frente este desafio no Brasil e em Florianópolis.

A questão social é o principal objeto de intervenção do profissional de Serviço Social.

Pensando nesta expressão como sendo decorrente de problemas conjunturais e estruturais vividos no país, e que teve seu agravamento principalmente nas últimas décadas, foi realizado um retorno aos períodos históricos para saber como o Estado respondeu estas questões e como foi construída a política pública de Assistência Social em nosso país.

Ao buscar estas informações, vimos que cada período reflete características peculiares na intervenção do Estado na questão social. A população brasileira vem de descaso e políticas pautadas em interesses individuais ou corporativos, que deixava as questões sociais em segundo plano.

A partir de 1930, o Serviço Social surge como mediador nas relações entre o Estado, burguesia e classes trabalhadoras, tinha sua atuação voltada a serviços assistenciais que eram meros repasses de benefícios. Uma prática institucionalizada, assistencialista, focalizada sempre para os mais pauperizados, mas sem pretensão alguma de tirá-los de tal condição. O usuário era atendido por benemerência do Estado, muitas vezes em troca de favores políticos.

Estas características históricas do Serviço Social, como um braço da filantropia, persiste até os dias de hoje como senso comum para grande parcela da população.

Diante do empobrecimento crescente da população no Brasil, os profissionais de Serviço Social sentiram a necessidade de repensar a profissão e sua intervenção.

Construir um novo fazer profissional não é tarefa fácil para os assistentes sociais, justamente pelo estigma de benemerência vinculado a Assistência Social e pelas dificuldades encontradas no campo político e econômico vividos pelo país.

Nos últimos anos o pensamento neoliberal imprime a intervenção mínima do Estado nas ações sociais, voltadas apenas a camada da população mais empobrecida, longe do discurso de universalização de direitos sociais. O Estado divide suas responsabilidades com os próprios indivíduos e com a sociedade civil.

Outro fator que se apresenta como dificultador para a efetivação da política, diz respeito ao orçamento. Não possuindo percentual fixo previsto no orçamento da União, Estados e municípios, a verba da Assistência Social é a primeira a ser diminuída nas crises econômicas e sofre interferência direta de órgãos internacionais como o BID e o FMI.

A Política Nacional de Assistência Social, a partir do ano de 2004, apresenta uma proposta que tende a trazer benefícios maiores a população. O foco na instituição familiar, o fortalecimento do vínculo comunitário e a territorialização das ações através de instrumentos operacionais como os CRAS, com atendimento psicossocial, os Centros de Referência de média e alta complexidade e a organização da rede de assistência social em um sistema único. Estas propostas incidem em ações mais eficazes, com um diagnóstico melhor da realidade.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.27) a política pública de Assistência Social tem como objetivo:

Realizar-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender as contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Ainda esta política define o usuário como:

Cidadãos e grupos que se encontra em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termo ético, cultural ou sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violências advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p.27)

Este conceito é abrangente e enquadra boa parcela da população que devido às transformações ocorridas nas últimas décadas, principalmente no mundo do trabalho, na economia e com a globalização, sente os reflexos destas mudanças na estrutura familiar e na sociedade. Não é apenas a população pauperizada que apresenta problemas que necessitam da política de Assistência Social.

Diante destes objetivos colocados pela Política Nacional de Assistência Social, discordo apenas com a questão da garantia de direitos aos mínimos sociais. Concordo com a autora Potyara A. P. Pereira, que em seu livro “Necessidades Humanas e Mínimos Sociais”, trás a discussão da substituição do termo mínimo para básico.

O Estado deve prover a população o básico necessário para atender as contingências sociais. Porém o que podemos perceber são políticas voltadas há uma parcela da população mais vulnerável e empobrecida, que atinge pequena parcela dos necessitados.

Os programas nacionais de enfrentamento a pobreza possuem critérios excludentes e de exigibilidade de acesso como renda, escolaridade, faixa etária, que acabam se tornando obstáculos para a inclusão da população, são programas prontos, que nem sempre condizem com a realidade do município.

Ao levantar o perfil e as demandas do usuário do Projeto, percebemos que o problema trazido por ele ultrapassa as ações do Serviço Social porque envolvem outras políticas que

também se apresentam precárias, lembrando que não há articulação suficiente entre a Assistência Social e as demais políticas, sequer com as políticas de Seguridade Social.

As dificuldades encontradas no atendimento destes usuários são inúmeras, a começar pela opção de uma ação sócio-emergencial, que apesar de estar suprimindo uma necessidade imediata do usuário, não resolve o problema que a gerou, e possivelmente, este usuário retornará ao Projeto mais vezes em busca do mesmo benefício.

A maioria dos usuários estão acima da linha de indigência. É uma população que reflete a chamada “feminização da pobreza”, registrando um número maior de mulheres a procura dos serviços assistenciais. Além da demanda de benefícios, trazem questões de conflito familiar, de não acesso a direitos de saúde, justiça, habitação entre outros.

O Projeto Sócio-emergencial apresenta dados importantes para implementação de ações e ampliação do atendimento a população.

Os resultados da pesquisa demonstram que a alimentação ainda é o benefício mais procurado pelo usuário seguido do cartão tratamento de saúde.

O atendimento do Projeto sócio-emergencial poderia estar vinculado aos demais projetos como suporte para as famílias, até o encaminhamento e/ou a superação das dificuldades encontradas por estas.

Os dados trazidos pelos usuários que procuram o Projeto, deveriam estar sendo utilizados para a implementar ações e possibilitar ao usuário o acesso ao direito.

O projeto possui critérios para o acesso a benefícios, o que não deveria existir pois critérios não combinam com universalidade.

Entendendo que o profissional de assistência social também é um educador, direcionar o atendimento para uma abordagem sócio-educativa, buscando mostrar ao usuário sua potencialidade como agente transformador, colocando-o sempre como sujeito de direito e reforçando sua participação na construção desta Política.

O desafio do profissional de Serviço Social é superar uma cultura política, que dificulta a efetivação dos direitos assegurados em leis. É necessário transpassar as barreiras de um trabalho institucionalizado que não favorece uma visão da realidade em sua complexidade social. E com isto fazer o levantamento das demandas para a formulação de políticas que possam causar impactos de superação da miserabilidade e de inclusão social, com vistas à diminuição das desigualdades sociais, buscando a equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência social – LOAS 8.142/93**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Bases políticas e institucionais do sistema único de assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Base de construção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. Brasília, dez. 2003. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, nov. 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. Pereira (org). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez ; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CAGED. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2005.

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. **Mobilização e práticas educativas: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UNB;NED, 2000. p.141.

CASTEL, Robert et al. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

DEGENNSZJH, Raquel Raichelis. **Organização e gestão das políticas no Brasil**: desafios da gestão democrática das políticas sociais. Brasília, CEAD/UnB, 2000. (Módulo 3 - Capacitação em Serviço Social e Política Social).

Dez anos do código de ética e da lei de regulamentação da profissão – Lei nº8662/93 de 07/06/1993. In: **Código de ética profissional**. 2.ed. Florianópolis: CRESS/SC 12ª, [entre 1999 e 2002]. (Coletânea de leis – gestão 1999-2002).

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza: CE, 1997.

LIMA, Telma Cristina. **A intervenção do profissional do serviço social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas.** Florianópolis: UFSC, 2004.

_____, Telma Cristina. A intervenção do profissional do serviço social: proposta s debate sobre ações sócios-educativas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social, 9., 2004, Florianópolis. **Anais ..** Florianópolis, [ca. 2004].

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1989.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado.** 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MESTRINER, Maria Luíza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais).

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO Jorge; MINUCHIN Salvador. **Trabalhando com Famílias Pobres.** Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

MIOTO, Regina Célia. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais.** Brasília: CEAD;UNB, 2000. p.57. (Módulo 3).

_____, Regina Célia, O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. **Katályses**, Florianópolis, v.5, n.1, Jan/Jun. 2002.

MORAES, Andréia. **A visão de cidadania das usuárias do projeto sócio-emergencial da PMF.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 2002.

MOREIRA, Priscila. **A “feminização da pobreza” no projeto sócio-emergencial da prefeitura municipal de Florianópolis.** Florianópolis: Departamento de Serviço Social, UFSC, 2004.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da questão social no Brasil. **Revista Temporalis da ABEPSS**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.41.

PASTORINI, Alejandra. Intervenções públicas para atender a pobreza e o assistencialismo na era FHC. **Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social**, Brasília, v.1, n.1, 1998.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência social: do discurso do estado à prática do serviço social**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996.

_____, Heloísa Maria José. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações dos gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Beatriz Augusto; SALES, Mioni Apolinário. **Dez anos do código de ética e da lei de regulamento da profissão – lei 8662/93 de 07/06/93: a nova ética profissional práticas e princípios**. Florianópolis: CRESS-SC 12ª, [entre 2002 e 2005]. (Coletânea de textos, Gestão 2002-2005).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis da ABEPSS**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 2004.

PLANO PLUVIAL ANUAL. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, [entre 2002 e 2005].

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

ROCHA, Maria Aparecida Marques da Rocha (org). **Capacitação profissional em serviço social**. Porto Alegre (RS): CRESS 10ª, 1999.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e “des-ordem”**. São Paulo: Cortez., 1999.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.) **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, Janaina de Azevedo. **A divisão de atenção e orientação à família: P.M.F e o processo de trabalho no serviço social.** Florianópolis: Departamento de Serviço Social, UFSC, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.). **Carta-Tema: a assistência social no Brasil 1983-1990.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Aldaíza de Oliveira et al. Desafios para avançar a política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.22, n.68, p.54-82.

_____, Aldaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Aldaíza de Oliveira et al. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** Brasília: UnB, 1999. (Módulo 01 - Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas).

_____, Aldaíza de Oliveira et al. **Os direitos dos (desassistidos) sociais.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WEISSHAPT, Jean Robert (org.) **As funções sócio institucionais do serviço social.** São Paulo: Cortez, 1985.

YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis da ABEPSS.** Brasília, v.3. n.2., 2004.

ANEXO A – Cadastro do Projeto Sócio-Emergencial

Cadastrros Clientes

Nome **FULANO DE TAL**

Mês _____ Data de Nascimento _____ Idade _____

Local de Nascimento _____ UF _____ Sexo _____

Estado Civil _____ Escolaridade _____

Local de Trabalho _____

Endereço _____

Ponto de Referência _____ Bairro _____

Renda Mensal R\$0,00 Valor do Aluguel R\$0,00

Condições da Casa _____ Condições de Moradi _____

Energia Elétrica _____ Água Encanad _____ Banheiro _____

Documento _____ Encaminhado por _____

Entrevistador _____

Situação Apresentada _____ Parecer Técnico/ Observações _____

--	--

Dependentes	Parentesco	Sexo	Idade	Data Nasc	Escolaridade	Profissão	Salário
-------------	------------	------	-------	-----------	--------------	-----------	---------

Tipo de Solicitação	Data	Concedido	Quantidade	Não Concedido
---------------------	------	-----------	------------	---------------

--

ANEXO B – Relatório diário do Projeto Sócio-Emergencial

